

VICTOR LANA GONÇALVES

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

G635a
2017
Gonçalves, Victor Lana, 1992-
Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na
Universidade Federal de Viçosa / Victor Lana Gonçalves. –
Viçosa, MG, 2017.
xvi, 80f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: João Carlos Bouzas Marins.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Esportes universitários. 2. Políticas públicas - Avaliação.
3. Universidade Federal de Viçosa. I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Educação Física. Programa de
Pós-graduação em Educação Física. II. Título.

CDD 22. ed. 796.07

VICTOR LANA GONÇALVES

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

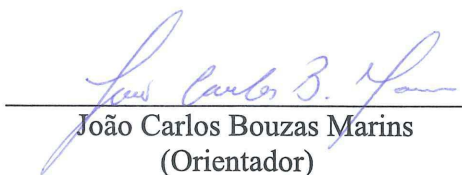
APROVADA: 31 de agosto de 2017.



Dirceu Santos Silva



Anderson da Cunha Baía



João Carlos Bouzas Marins
(Orientador)

Aos mais leais! Impossível não dedicar este trabalho aos meus pais, Farley e Valéria, os quais, rotineiramente, por anos a fio, enfrentaram os desafios cotidianos da vida no Brasil para permitir a continuidade dos meus estudos.

À Luiza, minha irmã, a qual, nesta tortuosa caminhada do mestrado, foi muito mais do que isso. Por vezes, forjou-se orientadora, revisora, psicóloga e tudo o mais que fosse preciso. Você mora no meu coração de um modo inexplicável!

[...] No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem, novo
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer [...]

(Velha Roupa Colorida, 1976. Antônio Carlos Belchior)

AGRADECIMENTOS

A gratidão se faz, antes de tudo, na troca de olhares, nos abraços, nos sentimentos, nas parcerias, no companheirismo silencioso ou no barulho da distância, elementos presentes em nossas vidas a todo instante. Assim, escrever este agradecimento é apenas mais uma forma de ser grato; porém, não a única e longe de ser a mais importante. Agradeço, dessa forma, a todos que passaram pela minha vida, afetos e desafetos, pois, depois de conhecê-los, saí maior e mais forte.

Em primeiro lugar – e não poderia ser diferente – ao povo brasileiro, o qual, por meio da CAPES, financiou meus estudos durante o mestrado.

Em Viçosa, muitos foram os amigos, porém alguns nos marcam para sempre e transcendem a outro espaço, o dos irmãos. Sou eternamente grato aos meus irmãos Gustavo e João Paulo, companheiros de república, os quais foram, e ainda serão, por muitas vezes, parceiros de longas e intermináveis conversas sobre as angústias das vidas acadêmica e pessoal e do nosso país.

À Rayana e Renata, quantas histórias, hein? Quantas batalhas! Sozinho eu não encararia se não as tivesse do meu lado! No mestrado, então, foram incontáveis as conversas, as reflexões, as orientações e os conselhos.

A Marcelo, Jéssica, Linara, Rayana e Renata – QUE TIME! Eu os levarei para sempre comigo, independentemente da distância, ou da proximidade, sempre serei grato por ter a amizade de vocês.

À A.A.A./LUVE-UFV, que mudou e ressignificou a minha história na Universidade Federal de Viçosa. Por meio dela, fiz grandes amigos. Marcos Paulo, meu agradecimento total a você, companheiro de longas jornadas, o qual sonhou junto um sonho que quase ninguém acreditava. Formamos uma boa dupla de ataque! Logicamente, eu com a mão e você com o pé! A toda diretoria que me acompanhou nos dois mandatos em que pude ser presidente dessa Associação. Sem a força, dedicação e persistência de vocês não teria sido possível. Em especial, a Iara, Felipe, Emanuel, Leôncio, Caio, André, Gustavo, Thiago, Severo e Gabriel.

Às meninas do Handebol Feminino da LUVE/UFV, por terem me recebido de braços abertos. Foram quatro anos à frente dessa equipe, e grandes amizades construídas. Levo cada uma de vocês comigo: Roberta, Vânia, Jéssica, Fernanda, Pará, Luisa, Nathália, Camila, Aline Top, Adele, Brenda, Isabela e Dri Dri (a qual foi também quase uma orientadora).

Ao Programa Segundo Tempo Universitário, por ter sido minha primeira experiência profissional, o que, sem dúvida, fomentou o interesse em estudá-lo na Pós-Graduação.

Ao Departamento de Educação Física da UFV e, dessa forma, a todos os professores que dele fazem parte. Em especial, à professora Ranah Manezenco, minha primeira orientadora na graduação; e ao professor Anderson Baía, orientador do meu TCC.

Ao meu orientador João Bouzas, guardo espaço especial. Professor, eu acredito que, mesmo de forma atabalhoadada e inesperada, nos encontramos academicamente na Pós-Graduação. No entanto, a partir desse encontro pude – em nossas reuniões, viagens, bate-papos e troca de e-mails – perceber sinteticamente o verdadeiro sentido da orientação. Não é passar a mão na cabeça, deixar o carro correr solto, ser cruel, severo ou rígido demais. Orientar é mostrar ao aluno a correção dos fatos, o sentido e a razão de ensinar, a luta por uma educação de qualidade. Nesse tempo, percebi tudo isso, seja por meio da sua fala ou das suas ações. Tenha certeza, você fez a diferença nesse processo. Muito obrigado por tudo!

Ao Instituto Imaculada Conceição, de Governador Valadares, todo o meu carinho. Recebi neste Instituto a formação humana, solidária, fraterna e política, que levo comigo todos os dias. Aos professores, os quais dessa formação fizeram parte, meu muito obrigado, não é à-toa que somos amigos até hoje! Vocês fizeram a diferença.

Ao Rodrigo Diniz, Matheus Antunes, Henrique Latorre e Henrique Nery, difícil falar! O embargo na garganta é símbolo de uma amizade feita há anos e que durará por muitos outros. A parceria, o apoio, o companheirismo, a compreensão, a união e o respeito de vocês sempre foi um dos pilares que me manteve firme e focado nos meus objetivos de vida. Muito obrigado por tudo!

Por fim, àqueles que foram meu berço, minha família: aos tios e primos, Gonçalves e Lana; à avó Laura (D. Nega), apesar de ter nos deixado durante a caminhada, tenho certeza de que está vibrante com esta vitória do seu neto caçula; à avó Leonídia, um abraço fraterno de gratidão; ao Rafael, meu padrinho, agradeço pela presença sempre marcante; e à Maria Clara, a qual eu tentei roubar para Viçosa, a minha gratidão por ser essa companheira imbatível para todos os momentos. A todos vocês, o meu abraço!

Ao meu pai, à minha mãe, à Luiza e à Nice, pilares que me conduziram a essa vitória! Sou grato por cada suprimento de amor, carinho e atenção nestes 25 anos de vida e, especialmente, nesses últimos dois anos de mestrado. Sem vocês não teria sido possível!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO GERAL	1
REFERÊNCIA	6
ARTIGO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL (2003-2015): UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO.	8
Resumo:	8
ARTICLE 1 - STATE OF THE ART ON SPORT PUBLIC POLICIES IN BRAZIL (2003-2015): A LOOK AT THE UNIVERSITY SECOND TIME PROGRAM [1]	9
Abstract:	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA	14
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5. REFERÊNCIAS.....	29
ARTIGO 2 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UM ESTUDO DE CASO.....	35
Resumo:	35
ARTICLE 2 - ASSESSMENT OF THE UNIVERSITY SECOND TIME PROGRAM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA: A CASE STUDY	36
Abstract:	36
1. INTRODUÇÃO.....	37
2. METODOLOGIA	42
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
3.1 Programa Segundo Tempo Universitário e seus objetivos na UFV.....	44
3.2 Programa Segundo Tempo universitário: metas e recursos.....	52
3.3 O impacto do PSTU na Universidade Federal Viçosa	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
5. REFERÊNCIAS.....	62
CONCLUSÕES GERAIS	68
ANEXOS	70

LISTA DE TABELAS

Artigo 1

Tabela 1 – Periódicos científicos nacionais da Educação Física selecionados para obtenção dos dados sobre a produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer.....	15
Tabela 2 – Instituições objeto de investigação da produção científica sobre políticas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período 2003 a 2015.....	23
Tabela 3 – Programas esportivos desenvolvidos pelo Ministério do Esporte no período 2003 a 2015.....	25

Artigo 2

Tabela 1 – Produção acadêmica dos monitores do PSTU – UFV no período de vigência do convênio (2012 a 2016)	51
Tabela 2 – Recursos disponibilizados pelo ME no primeiro ciclo de atendimento (2012/2 a 2014/1)	57
Tabela 3 – Recursos disponibilizados pelo ME no segundo ciclo de atendimento (2014/2 a 2016/1)	57

LISTA DE FIGURAS

Artigo 1

Figura 1 – Processo de seleção dos artigos.....	16
Figura 2 – Distribuição da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período 2003 a 2015.....	17
Figura 3 - Produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período de 2003 a 2015, por região.....	19
Figura 4 - Fases do ciclo das políticas públicas contempladas na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período de 2003 a 2015.....	21
Figura 5 –Entes federados objeto de análise na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período de 2003 a 2015	24

Artigo 2

Figura 1 – Distribuição dos beneficiados por modalidade acadêmica.....	45
Figura 2 – Total de beneficiados inscritos no PSTU UFV e que recebiam Bolsa de Assistência Estudantil.....	46
Figura 3 – Distribuição dos beneficiados por sexo no PSTU – UFV (2012 a 2016)	47
Figura 4 - Interesse dos beneficiados do PSTU nas modalidades esportivas ofertadas	49
Figura 5 – Número de inscritos por período no PSTU – UFV no 1º ciclo de atendimento	52
Figura 6 – Número de inscritos por período no PSTU – UFV no 2ª ciclo de atendimento	56

LISTA DE QUADROS

Artigo 1

Quadro 1 - Volume de produções sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período de 2003 a 2016, por Instituição de Ensino Superior	20
---	----

Artigo 2

Quadro 1 - Modalidades esportivas ofertadas pelo PSTU UFV	48
Quadro 2 - Avaliações do 2º Relatório de Acompanhamento PSTU – UFV	54
Quadro 3 – Grade horária do PSTU – UFV 2016/1	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Associação Atlética Acadêmica
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DLZ – Divisão de Esportes e Lazer
EC – Equipe Colaboradora
FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNBBE – Fundação Barra Bonita de Ensino
IES – Instituição de Ensino Superior
INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
IPA – Centro Metodista Instituto Porto Alegre
IFG – Instituto Federal de Goiás
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LUVE – Liga Universitária Viçosense de Esportes
ME – Ministério do Esporte
MMA – *Mixed Martial Arts* (Artes Marciais Mistas)
ONG – Organização Não Governamental
PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade
PELU – Programa Esporte e Lazer na UFV
PCD – Pró-reitoria de Assuntos Comunitários
PPC – Planejamento Pedagógico do Convênio
PPEL – Políticas Públicas de Esporte e Lazer
PPGSS – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*
PPN – Planejamento Pedagógico do Núcleo
PST – Programa Segundo Tempo
PSTU – Programa Segundo Tempo Universitário
PT – Partido dos Trabalhadores
RA – Relatório de Acompanhamento
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEAR – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

SNEED – Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social
SNFUT – Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

GONÇALVES, Victor Lana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2017. **Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa.** Orientador: João Carlos Bouzas Marins. Coorientadora: Eveline Torres Pereira.

O esporte consiste em um fenômeno que foi historicamente construído, que abrange múltiplas manifestações e foi transformado pelas necessidades, possibilidades e objetivos de diferentes personagens. Nas universidades brasileiras, a prática esportiva, por vezes, esteve presente com maior ou menor protagonismo. Quanto a sua forma, foi conteúdo de inúmeras relações sociais, independentemente da dimensão do rendimento, lazer/participação ou educacional. No entanto, a partir de 2003, com o surgimento de um ministério específico para tratar do esporte, as ações passaram a receber uma coordenação nacional, e as políticas públicas, nesse campo, foram aperfeiçoadas e expandidas. Dessa forma, as pesquisas sobre avaliação das políticas públicas são importantes, pois permitem qualificar e aprofundar essas ações. Assim, este trabalho possui dois objetivos centrais em que se estruturaram dois artigos: no primeiro, realizou-se um levantamento da produção científica das políticas públicas de esporte e lazer (PPEL); e, no segundo, avaliou-se, sob diferentes dimensões, o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Para realizar a pesquisa, foi feita uma revisão sistemática, seguida de pesquisa documental e entrevistas dirigidas, pois, a partir delas, é possível apreender, compreender e analisar produções e documentos sobre a temática investigada. Os principais resultados do primeiro artigo sinalizaram uma concentração da produção acadêmica nacional nas regiões Sudeste e Sul; as instituições públicas receberam a maior atenção dos pesquisadores nacionais em seus estudos, e o Governo Federal apresentou-se como o ente federado que mais financia ações nesse campo. Dentre essas ações, os estudos debruçaram-se sobre a REDE CEDES, o PELC e principalmente o PST; porém, não foram identificados documentos com ênfase no PSTU. No segundo artigo, apontou-se que o PSTU-UFV cumpriu parte considerável dos objetivos propostos pelo Ministério do Esporte, contemplou e superou todas as metas de atendimento estabelecidas no convênio e reduziu o custo por beneficiado. Como impacto do PSTU, a UFV implantou o Programa Esporte e Lazer na UFV (PELU), ação que busca dar continuidade na oferta de modalidades esportivas, na

perspectiva educacional, aos acadêmicos da Instituição. No primeiro artigo, concluiu-se que a publicação de estudos científicos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários precisa avançar nas revistas associadas à Educação Física, tendo em vista principalmente que muitas produções desse subcampo são divulgadas em revistas relacionadas às ciências humanas e sociais. Quanto à avaliação do PSTU-UFV, foi um programa eficaz e eficiente, deixando um impacto efetivo de fornecimento de práticas esportivas gratuitas à comunidade universitária. É importante salientar que, no segundo artigo, não se ensejou esgotar as avaliações e análises possíveis de serem realizadas em uma política pública, como o PSTU-UFV, mas, a partir dos instrumentos utilizados, se observando questões relevantes no desenvolvimento de programas, o que serve de subsídio para aperfeiçoar e valorizar a proposta.

ABSTRACT

GONÇALVES, Victor Lana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2017. **Assessment of the University Second Time Program at the Federal University of Viçosa.** Advisor: João Carlos Bouzas Marins. Co-advisor: Eveline Torres Pereira.

The sport consists of a phenomenon that has been historically constructed, that covers multiple manifestations and was transformed by needs, possibilities and objectives of different characters. In Brazilian universities sports practice has sometimes been present with greater or lesser prominence, regarding its form it was content of innumerable social relations, independently of the dimension of performance, leisure/participation or educational. However, from 2003, with the emergence of a specific ministry to deal with sports, actions began to receive national coordination and public policies were improved and expanded in this field. In this way, researches in evaluation of public policies are important because they allow the qualification and the deepening of these actions. This work has two central objectives and for this it was structured in two articles: the first article carried out a survey of the scientific production of the public policies for sports and leisure (PPEL); the second one assessed the University Second Time Program (PSTU) of the Federal University of Viçosa (UFV) from different dimensions. For the development of the research a systematic review was made, followed by documental research and directed interviews, since from them it is possible to apprehend, understand and analyze productions and documents about the researched topic. The main results of article (1) indicate: a concentration of national academic production in the Southeast and South regions; the institutions of public nature received the greatest attention of national researchers in their studies and the Federal Government presented itself as the federated entity that most finances actions in this field; among these actions, the studies focused on CEDES NETWORK, PELC and especially PST; however no documents with emphasis in PSTU were identified. Article (2) indicates that PSTU – UFV fulfilled a considerable part of the objectives proposed by the Ministry of Sport; it contemplated and exceeded all the targets of attendance established in the agreement and reduced the cost per beneficiary; as an impact of PSTU, UFV implemented the Sports and Leisure Program at UFV (PELU), an action that seeks to provide continuity in the offer of sport modalities to the academics of the institution from an educational perspective. The article (1) permits to conclude that the publication of scientific studies in the field of public policies for sports and leisure for university students needs to progress in journals related to Physical Education, bearing in mind mainly that a lot of productions of this subfield are published

in journals related to human and social sciences. Regarding the evaluation of UFV PSTU, it was an effective and efficient program, leaving an effective impact of providing free sports practices to the university community. It is important to emphasize that article (2) did not aim to exhaust the assessments and analysis possible of being performed in a public policy, such as PSTU – UFV, but from the instruments used it aimed to observe relevant issues in the development of programs, which serves as subsidy for the improvement and appreciation of the proposal.

INTRODUÇÃO GERAL

O esporte consiste em um fenômeno que foi historicamente construído, abrangendo diferentes manifestações e transformado pelas necessidades, possibilidades e objetivos de diferentes personagens (REVERDITO et al., 2016). Por ser heterogêneo, polissêmico e polimorfo, adapta-se aos grupos sociais em que está inserido, transmitindo diferentes valores e servindo-se de diversos papéis que lhe são impostos.

Ao se observar o contexto internacional das discussões sobre o fenômeno esportivo, nota-se que até 1960 o esporte era compreendido, sobremaneira, pela face do rendimento, ou seja, àquele que exigiria dos participantes máxima performance. No entanto, esta visão passou a ser questionada, e o debate sobre a abrangência social do esporte ganhou força a partir do “Manifesto do Esporte (1968)” e do “Movimento Esporte para Todos”. O marco desse novo entendimento do fenômeno esportivo pode ser considerado a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (1978), que em seu primeiro artigo consolidava a importância em se garantir o direito de todos em acessar as práticas esportivas (TUBINO, 2010).

No Brasil, tais mudanças iniciaram sua consolidação diante da comissão criada em 1985 para a “Reformulação do Esporte Brasileiro”. Como fruto deste trabalho, foi sugerido, sob a forma de indicação, que o conceito de esporte no país fosse ampliado, superando a perspectiva única do rendimento e que, também, se contemplasse a perspectiva educacional e da participação. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 assenta este entendimento e, ainda, no caput do art. 217, estabelece como dever do Estado o fomento de práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um (TUBINO, 2010).

No entanto, apenas em 1993 que no Brasil se elaborou uma lei específica do esporte para acompanhar o texto constitucional, a Lei nº 8.672/1993 (Lei Zico), que estabeleceu conceitos e princípios para o esporte e reconheceu oficialmente as manifestações do esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance. A Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), ainda em vigor e que substituiu a Legislação anterior, versa sobre as manifestações esportivas, identificando-as da seguinte forma:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

Assim, a partir do surgimento dessas Legislações, que regulamentaram e organizaram o esporte, que este passou a fazer parte de modo mais efetivo das ações programáticas do Governo Federal e de governos estaduais e municipais (TUBINO, 2010).

Ao se pensar nas universidades brasileiras, a prática esportiva por vezes esteve presente com maior ou menor protagonismo, sendo forma e conteúdo de inúmeras relações sociais. No entanto, durante o período em que os militares governaram o Brasil (1964-1985), o esporte passou por um processo de ressignificação em todos os ambientes de ensino e não seria diferente nas universidades. Nesse caso específico, a edição do Decreto de Lei nº 705/69 passou a regulamentar fortemente sua prática nas Instituições de Ensino Superior (IES), definindo diretrizes e objetivos para a intervenção.

As IES passaram, após esse Decreto, obrigatoriamente, a estimular e oferecer atividades de Educação Física e Desportos, mantendo orientação adequada e instalações preparadas, com especial atenção para a aptidão física dos acadêmicos e para a inserção destes na prática esportiva. Além disso, a Educação Física no Ensino Superior deveria auxiliar na conservação¹ da saúde dos acadêmicos, na integração do estudante no campus universitário e na consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade (BRASIL, 1971).

¹ Expressão presente no Decreto Nº. 69.450, de 01 de novembro de 1971, ao caracterizar a Educação Física no Ensino Superior.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, as discussões sobre o papel da obrigatoriedade do esporte, no âmbito universitário, se intensificaram e, com a Lei nº 9.394/96 (LDBEN), a obrigatoriedade foi retirada, ficando a cargo das instituições o oferecimento ou não das atividades. Esse movimento fez com que a prática esportiva nas universidades transitasse da obrigatoriedade para a redução dos investimentos, seja em práticas competitivas, de atividade física, seja para a qualidade de vida ou de práticas corporais enquanto aprendizagem cultural (RIBEIRO; MARIN, 2012).

Assim, de modo a assegurar o direito constitucional do esporte às populações universitárias, o Governo Federal, em 2009, por meio do Ministério do Esporte (ME), propôs, de modo experimental, o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU). Nessa ocasião, quatro IES foram selecionadas a fim de auxiliar no desenvolvimento da proposta: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (DOMINGOS, 2014).

O PSTU visava “democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade acadêmica das Universidades Públicas, prioritariamente do corpo discente” (BRASIL, 2011, p.1). Os objetivos específicos são:

- a) oferecer práticas esportivas educacionais, para atender às necessidades de formação e desenvolvimento esportivo, de recreação e lazer, resgatando e elevando a cultura corporal dos beneficiados do programa, sendo o esporte de rendimento uma alternativa possível de ser disponibilizada; b) diversificar a oferta das atividades valorizando demais práticas corporais; c) oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade, estabelecendo como foco a formação integral dos participantes; d) inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da Universidade, oferecendo oportunidade de estágios aos estudantes da área de Educação Física ou Esporte; e) desenvolver atividades esportivas de integração entre a comunidade universitária; f) garantir a oferta de diferentes modalidades, bem como a sensibilização para aqueles que não praticam o esporte; e g) incentivar a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2016, p. 7)

Superada a fase inicial de desenvolvimento do Programa, em 2011, foram abertos editais de chamada pública para as IES que desejassem receber a ação. Foram contempladas, nesse mote, a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Maranhão (UFM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Alfenas (UFAL), Universidade Federal de

Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Paraná – Campus Jardim das Américas (UFPR), Universidade Tecnológica do Paraná – Campus Curitiba (UTFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Pampa – Campus Uruguaiana (UNIPAMPA).

Em 2012, o ME firmou o Convênio 159/2011, que implementou o PSTU na UFV (Campus Viçosa), com o objetivo de criar espaços no âmbito acadêmico de estímulo à prática esportiva gratuita, orientada por docentes do Curso de Educação Física da Instituição e desenvolvido por monitores capacitados e alinhados com as diretrizes do Programa.

No que tange à estrutura administrativa do PSTU-UFV, este era composto por um coordenador institucional, servidor da UFV; um coordenador geral, graduado em Educação Física; um coordenador pedagógico, graduado em Educação Física; e três monitores de esporte, acadêmicos do Curso de Educação Física desta Instituição. No aspecto pedagógico, o núcleo universitário do PST na UFV ofertava atividades esportivas, com intervenções em duas vezes por semana, com duração de 1h30; e atividades complementares, com intervenções mensais e duração de 2 h.

Esse convênio, em 2014, teve seus recursos suplementados, dando continuidade ao Programa que, nos primeiros 22 meses de funcionamento, atendeu 1.298 beneficiados da graduação e 258 da pós-graduação. Nessa segunda fase, o Programa passou a contar com quatro monitores de esportes do ME e dois monitores de esporte financiados pela UFV, totalizando seis acadêmicos do Curso de Educação Física envolvidos na ação, o restante da estrutura se manteve.

Desse modo, o interesse em aprofundar as discussões sobre o PSTU-UFV e, principalmente, em avaliá-lo, faz-se importante pelo viés acadêmico e pelo o da administração pública. Quanto ao primeiro, apesar da necessidade latente em se avaliarem os programas, frutos das políticas públicas de esporte, a avaliação geralmente é a parte menos valorizada do ciclo das políticas públicas e pode, sempre que bem realizada, permitir a reformulação, melhoria e aprofundamento das ações propostas pelos programas analisados (DODÓ, 2016; DULCI, 2012; COSTA; CASTANHAR, 2003).

Com relação ao segundo, o da administração pública, avaliar uma política faz parte do processo democrático e por meio dele é possível controlar e propor melhorias sobre as ações de interesse público, caso do PSTU-UFV (ARCOVERDE, 2009).

Assim, esta dissertação possui dois objetivos principais:

- a) Analisar o desenvolvimento da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer para universitários.
- b) Avaliar o Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa.

Com a finalidade de responder a esses objetivos, esta dissertação está composta de dois artigos, assim organizados:

No artigo 1, teve-se como objetivo fazer uma análise do que foi produzido cientificamente sobre políticas públicas de esporte e lazer no período de 2003-2015, com atenção especial para a produção relacionada ao Governo Federal e ao Programa Segundo Tempo Universitário.

No artigo 2, ocupou-se, especificamente, em avaliar o PSTU-UFV por meio da análise dos relatórios de acompanhamento, do planejamento pedagógico do convênio e de núcleo, dos planos de trabalho, do projeto técnico e das entrevistas estruturadas. Para tal, este artigo analisou se os objetivos propostos pelo ME para o PSTU foram cumpridos no convênio com a Universidade Federal de Viçosa, avaliou a eficácia e eficiência do convênio 159/2011 e, por fim, verificou as mudanças empreendidas no esporte universitário da UFV, após o término do convênio entre IES e ME para a execução do Programa.

REFERÊNCIA

ARCOVERDE, A. C. B. et al. Avaliação dos impactos dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Sertão Pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET – A CRISE MUNDIAL E OS DILEMAS DO TRABALHO, 11., 2009, Campinas, São Paulo. [Anais eletrônicos]. Campinas: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.arcus-ufpe.com/files/resartabetempsol.pdf>>. Acesso em: 25.06.2017

BRASIL. Decreto-lei nº 69.450 de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11958572/decreto-n-69450-de-01-de-novembro-de-1971>

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico). Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-norma-pl.html>. Acesso em: 8 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-norma-pl.html>. Acesso em: 8 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. *PST Universitário* – Diretrizes e Procedimentos, 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Segundo Tempo Universitário* – Diretriz, 2016.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, p. 969-92, 2003.

DOMINGOS, P. V. O Programa Segundo Tempo Universitário. In: SILVA, B. O.; DOMINGOS, P. V. (Org.) *Os projetos especiais do Programa Segundo Tempo (2013-2014): ampliando a inclusão social por meio do esporte educacional*. Porto Alegre: Coleção Grecco, 2014. p.13.

DODÓ, A. M. *O esporte como meio de inclusão social: avaliação da efetividade do Programa Segundo Tempo*. 2016. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

DULCI, O. S. Avaliação de programas sociais: desafios e potenciais na construção de um sistema de informações. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 13, p. 221-237, 2012.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte: possibilidades para o convívio com o esporte no contexto escolar. In: SILVA

JR., V. P. da et al. *Educação Física e seus diversos olhares*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, p. 55-71.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. Universidades Públicas e as Políticas de Esporte e Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v.15, n.3, set/2012.

TUBINO, M. J. G. Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010. 163p.

ARTIGO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL (2003-2015): UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO.

Resumo:

As políticas públicas de esporte e lazer (PPEL) no Brasil entraram em uma nova fase de desenvolvimento a partir da implantação do Ministério do Esporte (ME). Ao longo dos seus 14 anos de existência, foram desenvolvidos 12 programas nas diferentes manifestações esportivas, rendimento, participação e educacional. Mediante o surgimento dessas ações, a comunidade científica se articulou em torno das discussões sobre o assunto, produzindo análises, relatos e estudos relativos aos programas e impactos que estes têm promovido no cenário esportivo nacional. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi analisar a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer, no período de 2003-2015, com atenção especial para a produção relacionada ao Governo Federal e o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU). A metodologia empregada foi o levantamento bibliográfico, que se apoiou na revisão sistemática como técnica de investigação. Diante dos resultados, pôde-se apontar que a produção acadêmica nacional em PPEL encontra-se concentrada nas regiões Sudeste e Sul em contraponto às Norte (sem produção) e Nordeste. No que tange à identificação de qual parte do ciclo das políticas públicas foi investigada, constatou-se que as pesquisas analisaram os processos de avaliação. As instituições de natureza pública ganharam atenção dos pesquisadores nacionais em seus estudos. Na mesma direção, o Governo Federal se apresentou como o ente federado que mais financia ações neste campo. Dentre essas ações, os estudos ocuparam-se sobre a REDE CEDES, o PELC e, principalmente, o PST. Não foram identificados, nesta revisão, documentos que se dedicaram ao PSTU, visto que os trabalhos existentes apoiaram suas discussões no PST-padrão, voltado para crianças, adolescentes e jovens expostos à vulnerabilidade social. Tal fato pode assinalar para uma desvalorização das questões relacionadas ao esporte e lazer no âmbito universitário, talvez por compreender que a universidade seja um espaço para formação técnico-científico onde ações desta natureza ficam relegadas ao segundo plano. Concluiu-se, dessa forma, que a publicação de estudos científicos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários precisa avançar nas revistas associadas à Educação Física, tendo em vista principalmente que muitas produções deste subcampo estão divulgadas em revistas relacionadas às ciências humanas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública; Esporte; Lazer; e Universidade.

ARTICLE 1 - STATE OF THE ART ON SPORT PUBLIC POLICIES IN BRAZIL (2003-2015): A LOOK AT THE UNIVERSITY SECOND TIME PROGRAM [1]

Abstract:

Public policies for sports and leisure (PPEL) in Brazil entered a new phase of development since the implementation of the Ministry of Sports. Throughout its 14 years of existence, 12 programs in their different sport, performance, participation and educational manifestations were developed. In view of the emergence of these actions, the scientific community articulated itself around the discussions about the topic, producing analyses, reports and studies related to the programs and impacts that they have promoted in the national sport scenario. Thereby, the objective of the present work was to analyse the scientific production on public policies for sports and leisure in the period of 2003-2015, with special attention to the production related to the Federal Government and the University Second Time Program (PSTU). The methodology used was the bibliographical survey, that relied on the systematic review as investigation technique. In view of the results, it can be pointed out that the national academic production in PPEL is concentrated in the Southeast and South regions in counterpoint to the North (without production) and Northeast. Regarding the identification of which part of the public policies cycle were investigated, it was verified that the works studied the assessment processes. Institutions of public nature gain attention from national researchers in their studies. In the same direction, the federal government presented itself as the federated entity that most funds actions in this field. Among these actions, the studies occupied themselves on CEDES NETWORK, PELC and especially PST. In this review, documents dedicated to PSTU were not identified, since the existing works had their discussions supported by the standard PST, aimed at children, adolescents and young people exposed to social vulnerability. This fact may point to a devaluation of the issues related to sports and leisure in the university scope, perhaps for understanding that the university is a space for technical- scientific education in which actions of this nature are relegated to second plan. It is concluded, therefore, that the publication of scientific studies in the field of public policies for sports and leisure for university students needs to advance in journals associated to Physical Education, mainly considering that many productions of this subfield are published in journals related to human and social sciences.

KEY WORDS: Public policy; Sport; Leisure; University.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas, enquanto subárea da disciplina Ciência Política, emergem com maior força em 1960 e 1970 e, desde então, diferentes abordagens foram elaboradas. Embora ainda não haja consenso, ao longo do tempo, diversos autores (SOUZA, 2006; RUA, 2009; HEIDEMANN, 2010; SECCHI, 2010; LIMA, 2012) incrementaram e ressignificaram o seu conceito, a fim de apresentar à sociedade interpretações sobre o tema (LIMA, 2012; MORAIS et al., 2017).

Limitações em torno do conceito de “políticas públicas” ocorrem, em particular, ao significado do que é público, dividindo opiniões e provocando indagações sobre o papel e atuação do Estado, sobretudo, a partir de duas abordagens teóricas, a estatista e a multicêntrica.

Para adeptos da abordagem estatista, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do formulador, ou seja, as políticas poderão ser chamadas de públicas somente se emanarem do ator estatal (LIMA, 2012). A respeito dessa questão, Rua (2009) apontou que políticas públicas compreendem, nesta abordagem, o conjunto de decisões e ações relativas à adoção imperativa de valores envolvendo bens públicos. Ações e decisões privadas, ainda que levem em conta o interesse público, não se configuram como políticas públicas.

Em contraponto à visão anterior, na abordagem multicêntrica, a caracterização do que é público não está centrada no formulador, mas, sim, na natureza do problema a ser resolvido. Heidemann (2010), ao caracterizá-la, acrescentou que, nessa lógica, a perspectiva de políticas públicas supera as políticas governamentais e reitera que os governos e toda a sua estrutura administrativa não são as únicas instituições a servir a comunidade política com propostas e ações de interesse público.

Ações de interesse coletivo também podem ser perfeitamente realizadas por instituições do “terceiro setor”, organizações privadas, organizações não governamentais (ONG), organismos multilaterais internacionais, redes de políticas públicas e também atores estatais (SECCHI, 2010).

Diante das diferentes interpretações em torno do conceito, para fins deste estudo, assumiu-se que a natureza pública decorre não do ente fomentador, mas, sim,

da natureza do problema a ser resolvido, seja esta desenvolvida pelo Estado, instituições privadas ou terceiro setor.

Contudo, embora não se limite ao Estado, entende-se que este é o produtor por excelência de políticas públicas (SOUZA, 2006), cabendo a ele construir condições estruturais e orçamentárias para efetivar os direitos sociais ao esporte, uma vez que, no âmbito legal, seja pelo exposto na Constituição Federal de 1988 ou leis específicas, a obrigatoriedade de democratizar o acesso ao esporte compete ao Estado (SILVA, 2016).

O esporte, de algum modo, e em diferentes estruturas, se fez presente nas ações dos governos, sejam eles federal, estaduais ou municipais. Dessa forma, para a compreensão da posição atual do fenômeno, é necessário um olhar histórico em relação ao ocorrido nas últimas décadas.

Ao se observar a estrutura administrativa do Governo Federal, notou-se que, a partir de 1937, o esporte foi objeto da Divisão de Educação Física do MEC, seguido por departamentos e secretarias ainda dentro da estrutura da educação. Em 1989, houve a desvinculação para criação de uma Secretaria de Desportos da Presidência da República, posteriormente tornando-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) e depois uma Secretaria Nacional do Esporte, vinculada ao Ministério do Turismo e Esporte (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010; STAREPRAVO et al., 2015).

A partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe de transição do Partido dos Trabalhadores resolveu, a partir de pressões políticas e compromissos fechados durante a campanha, separar o antigo Ministério do Turismo e Esporte e criar pastas distintas, instituindo, desse modo, pela primeira vez no país, um Ministério específico para o esporte (STAREPRAVO et al., 2015).

Nesse percurso, diversas leis foram criadas com objetivo de estabelecer princípios e conceitos sobre o esporte. Atualmente, a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), que institui normas gerais sobre o esporte e dá outras providências, versa entre outras questões sobre as manifestações esportivas reconhecidas, identificando-as como: esporte educacional, esporte de participação, esporte de rendimento e esporte de formação.

A partir desse direcionamento legal, o ME iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2003, organizado, inicialmente, em três Secretarias: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); Secretaria Nacional de Esporte Educacional

(SNEED); e Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) (ATHAYDE et al., 2015).

Essa estruturação existiu até 2011, quando foi sancionado o Decreto nº. 7.529/2011, pela presidente Dilma Roussef (PT), que alterou a configuração do Ministério e passou a ser composto pela Secretaria Executiva, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (SNFUT).

Ao longo dos 14 anos de existência do ME, foram desenvolvidos 12 programas em suas diferentes manifestações, com ações no âmbito do alto rendimento, da participação/lazer e do educacional. Entretanto, a distribuição de recursos foi variável pelas diferentes áreas de interesse da pasta. Conforme os estudos de Almeida e Marchi Júnior (2010) e Athayde et al. (2015), houve predominância do investimento no esporte de rendimento no período 2006/2007, com equilíbrio na divisão dos investimentos em 2004 e 2010 e pequena diferença na alocação de recursos em programas e projetos sociais, com destaque para o Programa Segundo Tempo-padrão, em 2005, 2008 e 2009.

O PST, inicialmente, foi desenvolvido com o objetivo de integrar o indivíduo à sociedade por meio da prática esportiva no contra turno escolar. O Programa teve como público-alvo crianças e adolescentes, de sete aos 17 anos, expostos em áreas de vulnerabilidade social. Esta ação é tida como um projeto social do Governo Federal que tem como ênfase o esporte em sua dimensão educacional, cujo objetivo é a formação humana do aluno. Este pode ser considerado uma das principais respostas do ME à demanda constitucional de acesso ao esporte e ao lazer para todos (BRASIL, 2011; GRANDO, 2015).

A partir da experiência de implantação do PST em sua forma-padrão, o ME procurou ampliar o público atendido e ofertar os projetos ditos “especiais”, que levavam em consideração as “necessidades e expectativas da sociedade e as excepcionalidades físicas, culturais e estruturais das comunidades” (BRASIL, 2011, p. 12). Nesse caso, incluiu-se o Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU), que tem como objetivo democratizar a prática esportiva nas comunidades universitárias, seguindo os princípios do esporte educacional (BRASIL, 2016).

Mediante esses e outros programas propostos e implementados pelo ME, a partir de 2003, a comunidade científica também se articulou em torno das discussões

sobre o assunto e criou uma rede de pesquisadores em políticas públicas de esporte e lazer, denominada REDE CEDES², produzindo análises, relatos e estudos relativos aos programas e impactos que eles têm promovido no cenário esportivo nacional.

De acordo com Tavares e Schwartz (2013), esse movimento consistiu em uma ação política que instituiu a criação de relações sinérgicas entre produtores de pesquisa do país e o Governo em torno de uma demanda comum – políticas públicas de esporte e lazer.

A partir do surgimento da REDE CEDES, os grupos de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer foram convidados a desenvolver estudos a partir de demandas temáticas criadas pelo próprio ME. Contudo, de 2007 em diante, implantou-se a dinâmica de financiamentos a partir de editais públicos, que contemplavam temáticas sugeridas pelos pesquisadores e pelo Ministério, aperfeiçoando a ideia de relações sinérgicas e de gestões democráticas (SCHWARTZ et al., 2015), o que culminou, em 2016, na criação de núcleos da REDE em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

Mesmo com o aumento dos estudos que se debruçam sobre as políticas públicas de esporte e lazer, em razão da crescente necessidade de assessoramento do setor público, do surgimento do ME e da própria REDE CEDES (AMARAL et al., 2014), observou-se que inexistem estudos de revisão que analisaram o que se produziu cientificamente sobre as políticas de esporte e lazer do Governo Federal entre 2003-2015, haja vista que investigações com este desenho metodológico têm se limitado a avaliar a compreensão da dimensão política envolvida nos artigos produzidos sobre políticas públicas de esporte e lazer (AMARAL; PEREIRA, 2009); investigar as políticas sociais de esporte e lazer (CASTRO et al., 2012); e analisar a produção científica recente (2009-2013) em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil (AMARAL et al., 2014).

Embora tenham contribuído, significativamente, para compreender as temáticas e questões a que se propuseram, a leitura dos trabalhos de revisão existente identifica as lacunas e limitações, abrindo, desse modo, um espaço para que novos olhares sejam lançados sobre as produções científicas em políticas públicas de esporte e lazer, para que, a partir de novos estudos, estas políticas possam ter seu

² Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer.

desenvolvimento e disseminação aperfeiçoados, consolidando-as como uma ferramenta sólida de acesso a direitos sociais constitucionalmente garantidos.

A fim de contribuir com as reflexões atinentes às políticas públicas de esporte e lazer, assim como os avanços no meio acadêmico/científico e também na administração pública, este estudo teve como objetivo analisar o que foi produzido cientificamente sobre políticas públicas de esporte e lazer no período de 2003-2015, com atenção especial para a produção relacionada ao Governo Federal e ao Programa Segundo Tempo Universitário.

2. METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma abordagem qualitativa com fins exploratórios, que são aqueles trabalhos que buscam uma visão geral acerca de determinado fato, diante dos procedimentos, compreendidos como bibliográfica (RICHARDSON, 2012) e apoiando-se na Revisão Sistemática como técnica de investigação (GOMES; CAMINHA, 2014).

Revisões dessa natureza tem por objetivo principal analisar as proximidades e distanciamentos entre os estudos feitos no campo, no sentido de acrescer as possibilidades interpretativas dos resultados e construir releituras ampliadas. Para além deste aspecto, a revisão sistemática acompanha o curso científico da área em um período determinado, possibilitando a descoberta de lacunas e direcionamentos importantes para elucidar temas pertinentes (GOMES; CAMINHA, 2014).

Na obtenção dos dados, foram efetivados *downloads* dos artigos publicados por 12 periódicos nacionais da Educação Física (Tabela 1). A seleção das revistas assentou-se no fato de o PSTU, objeto de conhecimento desta revisão, estar vinculado, em grande parte, a cursos de Educação Física no Ensino Superior e, por isso, a opção pelos periódicos nacionais da área³.

³Tem-se consciência que a produção científica no campo das políticas públicas de esporte e lazer não está concentrada apenas nas revistas da Educação Física. Nota-se a existência de um volume significativo de trabalhos divulgados em revistas das ciências sociais, história, antropologia, administração etc.

Tabela 1 - Periódicos científicos nacionais da Educação Física selecionados para obter os dados sobre a produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer

Periódico	Qualis/CAPES
Revista Movimento	A2
Revista Motriz	B1
Revista de Educação Física/UEM	B1
Licere	B1
Revista Brasileira de Ciência do Esporte	B1
Revista Brasileira de Ciência e Movimento	B2
Revista Pensar a Prática	B2
Revista Motrivivência	B2
Kinesis	B4
Conexões	B4
Revista de Educação Física e Esporte Mackenzie	B4
Caderno de Educação Física e Esporte	B5

Fonte: Qualis - CAPES, 2013-2016.

Os critérios de inclusão para selecionar os artigos foram: artigos publicados nas revistas relacionadas com a temática do estudo; e seção de publicações dos artigos (originais, carta aberta, ponto de vista, relato de experiência e ensaios). Por sua vez, os critérios de exclusão foram: artigos de revisão; artigos não disponíveis para *download*; artigos com falhas no *link* para *download*; e artigos corrompidos (ou com falhas na digitalização).

Na segunda etapa da revisão, foram selecionados, a partir da análise do título, do resumo e das palavras-chave, somente os artigos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no Brasil. Em seguida, aqueles que haviam sido publicados entre 2003-2015, sendo selecionados 55 artigos para análise final. A opção por esse recorte temporal no estudo deveu-se à implantação em 2003 de um Ministério específico para o esporte.

A seguir, na Figura 1 apresenta-se de forma esquemática o processo de seleção dos artigos.

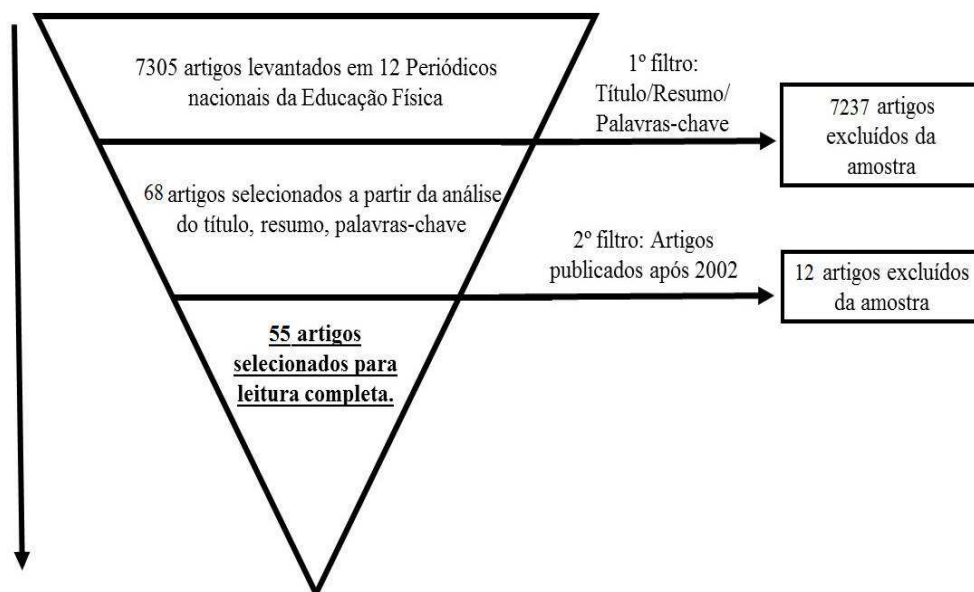


Figura 1 - Processo de seleção dos artigos.

Na seleção, assim como nas análises posteriormente realizadas, foram respeitadas as etapas propostas por Gil (2002, p. 79) para a leitura analítica de trabalhos utilizados como fonte de dados em pesquisas bibliográficas, sendo elas: “leitura integral do texto ou da obra selecionada; identificação das ideias chaves; hierarquização das ideias; sintetização das ideias”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos critérios de busca apresentados anteriormente, foram encontrados 55 artigos que trataram de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, publicados entre 2003 e 2015, nos 12 periódicos nacionais de Educação Física.

Em relação à distribuição dessas publicações por ano, observou-se que, mesmo com o surgimento do ME em 2003, entre 2003 e 2010 houve uma inconstância e baixo volume de produções por meio de artigos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer. Foi possível notar que apenas a partir de 2010 as publicações passaram a ter maior frequência nos periódicos analisados, estando entre 2012 e 2013 o pico de artigos publicados (Figura 2).

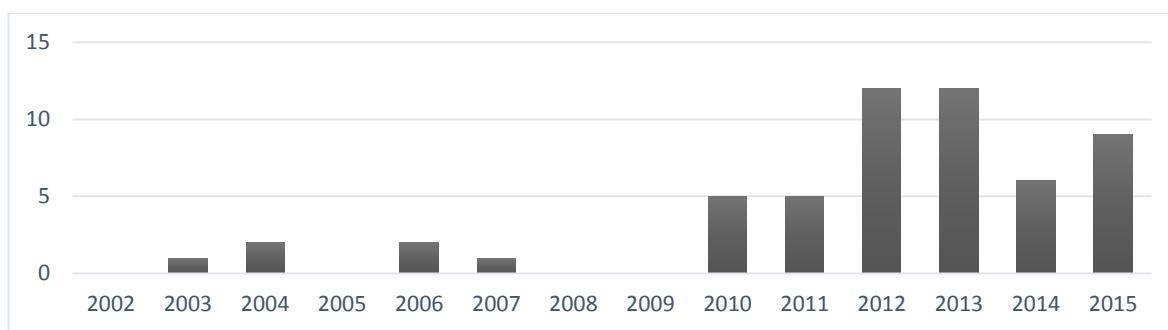


Figura 2 - Distribuição da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física no período de 2003-2015.

Ressalta-se, ao observar os dados da Figura 2, que na subárea pedagógica e sociocultural da Educação Física, onde se localizam os estudos analisados deste artigo, os livros e capítulos de livro têm importante papel, haja vista, que, neste campo, ainda estão se cunhando novas frentes de investigação, e as pesquisas, por sua natureza e características, são mais extensas, sendo o livro um espaço privilegiado para a sua divulgação (BETTI et al., 2004).

Pode-se ter, como exemplo, o ME, que, por meio da REDE CEDES, financiou a produção de inúmeras pesquisas no campo das políticas públicas de esporte e lazer e para tal solicitou que a divulgação desses estudos fosse feita por meio dos livros, que estão disponíveis no repositório digital da rede e enviados às universidades de forma impressa (TAVARES, 2010; TEODORO; GASPAR, 2015), resultando em obras como “De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades do bairro” (LEMONS et al., 2009), “Esporte e lazer na cidade: práticas corporais re-significadas” (FALCÃO; SARAIVA, 2007) e “Espaços e equipamentos de lazer em Região Metropolitana” (MARCELLINO et al., 2007).

Em paralelo às afirmações anteriores, sabe-se que a publicação de trabalhos acadêmicos em revistas científicas possui conexão com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil, pois estes se configuram como lócus de desenvolvimento de variados estudos, resultando em produções que serão divulgadas cientificamente por meio das revistas.

Silva et al. (2014), ao analisar as mudanças empreendidas pela CAPES nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (PPGSS) em Educação Física no Brasil, sinalizou para uma hipervalorização da produção científica discente durante o processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, como pode ser visto na citação a

seguir, o que em certa medida pode ter refletido no crescimento das publicações em revistas científicas a partir de 2010.

[...] a hipervalorização da produção científica discente também pode ser observado na evolução do peso dado aos itens do quesito 'corpo discente, teses e dissertações', indo de 10% em 2001 para 60% em 2008 e 50% em 2010 e 2013, o que indica que o aumento ocorrido na valorização desse quesito se deve não em função da junção do corpo discente com teses e dissertações, mas em decorrência do aumento do peso atribuído a produção científica (SILVA et al., 2014, p. 1436).

Juntamente com as reflexões apresentadas, Starepravo et al. (2011) ainda sinalizaram que, no final de um ciclo político de oito anos de existência do ME (2003-2011), foi possível apontar várias ações desta pasta, que motivaram os olhares dos pesquisadores para o desenvolvimento de estudos. Houve a criação da REDE CEDES, que apoia diretamente esse locus de pesquisa, a implementação de políticas públicas inovadoras, a participação de diferentes grupos sociais na formulação dessas políticas e ainda o fato de ter incorporado a causa da efetivação de diferentes megaeventos esportivos no Brasil (STAREPRAVO et al., 2011).

Logo, esse conjunto de eventos pode ter impactado no crescimento das publicações em políticas públicas de esporte e lazer, refletido na representação gráfica da Figura 2, bem como em outras áreas que não são objeto de análise deste trabalho.

Diante disso, fez-se relevante compreender, também, como se dá a distribuição dessa produção acadêmica pelas regiões do Brasil, a fim de desvelar a origem dessas publicações. Assim, a partir dos dados analisados, foi possível observar a existência de um equilíbrio entre as regiões Sudeste e Sul, em relação à publicação de estudos dessa área, em contraponto ao déficit de produções sobre as políticas públicas de esporte e lazer na região Norte do país, como pode ser observado na Figura 3.

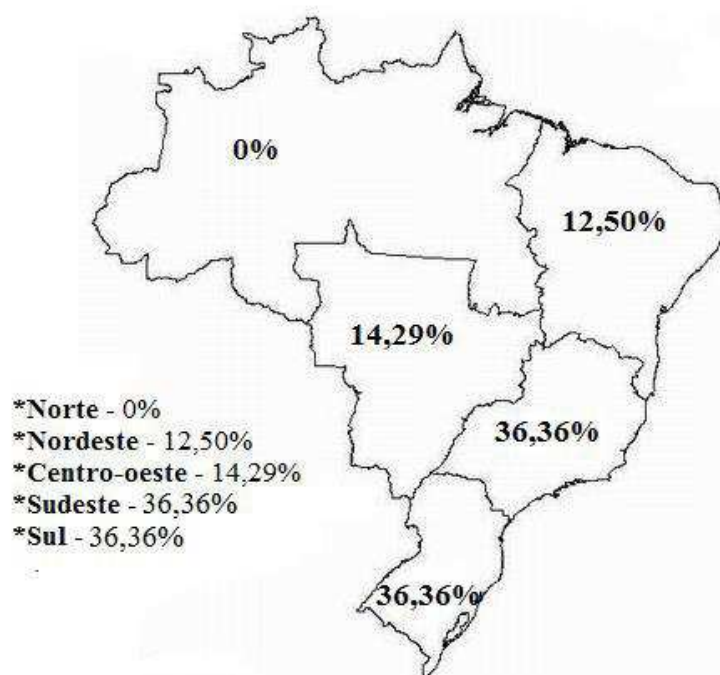


Figura 3 - Produção científica, por região, sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física, no período de 2003-2015.

Historicamente, a distribuição das IES e das produções acadêmicas, no cenário nacional, sinalizam para uma desvantagem das regiões Norte e Nordeste em relação às do Sul e Sudeste (ZORZETTO et al., 2006; STEINER, 2005). Esse movimento pode ser compreendido, segundo Silva et al. (2014), pelo desequilíbrio econômico e social existente entre as regiões do país, haja vista que o Sudeste se materializa como centro das decisões políticas nacionais.

Zorzetto et al. (2006) apontaram que toda a produção científica das ciências biológicas e da saúde está concentrada em 11 estados da federação e, destes, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul detêm 80% dos artigos produzidos.

Na investigação desta pesquisa, foi possível notar que as oito instituições que mais produziram artigos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer, localizam-se no Sudeste e Sul, regiões com maiores orçamentos aplicados à pesquisa e ao desenvolvimento no país e que reúnem 66,6% de todos os cursos de pós-graduação do Brasil.

Dessa forma, o reflexo das desigualdades econômicas e sociais na produção acadêmica é fruto de toda uma engrenagem desequilibrada, que envolve as agências de fomento, as universidades e centros de pesquisa, o poder público municipal, estadual e federal e, também, a classe empresarial.

Especificamente no caso da Educação Física, os dados do Geocapes (2015)⁴ corroboraram com as afirmações anteriores, apontando que, nas regiões Sudeste e Sul, existem atualmente 47 programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado/doutorado), enquanto no Norte e Nordeste apenas cinco, tornando essas regiões já valorizadas em espaços privilegiados para o desenvolvimento de estudos no campo das políticas públicas de esporte e lazer.

A forma de disseminação da produção acadêmica pelas regiões do país apresenta sólida ligação com a presença das IES, o orçamento das agências de fomento, bem como o desenvolvimento econômico e social.

Os dados encontrados na análise da vinculação institucional do primeiro autor e região da Universidade, com a qual mantém vínculo também sinalizaram a sobrepujança das IES do Sul e Sudeste em detrimento das localizadas no Norte e Nordeste, quando avaliada a produção de artigos, que ratifica a hipótese defendida anteriormente (Quadro 1).

Quadro 1 - Volume de produções, por Instituição de Ensino Superior, sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física, no período de 2003-2016⁵

Região	Instituição de Ensino Superior	Produção (2003-2015)
<u>Sudeste</u>	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	5
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	4
	Universidade de São Paulo (USP)	3
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1
	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	1
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1
	Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/RJ)	1
	Fundação Barra Bonita de Ensino (FunBBE/SP)	1
Total		20
<u>Sul</u>	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	7
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	4
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	3
	Centro Universitário Maringá (UNICESUMAR)	1
	Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	1
	Centro Universitário Metodista IPA/RS	1

⁴ A coleta dos dados foi realizada no dia 12/04/2017, porém os dados mais recentes disponibilizados pelo GEOCAPES referiam-se a 2015.

⁵ O artigo intitulado “Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Santa Maria/RS” não continha a vinculação institucional do primeiro autor.

	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	1
	Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)	1
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Total		20
Centro-Oeste	Universidade de Brasília (UnB)	6
	Instituto Federal de Goiás (IFG)	1
Total		7
Nordeste	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	5
	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1
	Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	1
Total		7

No estudo das políticas públicas, caso da produção científica analisada, a compreensão da ideia de ciclo pode auxiliar no desenvolvimento e na análise dos processos, haja vista que, simbolicamente, este represente os passos existentes desde a preparação até a avaliação da política. Assim, as políticas públicas possuem, segundo Frey (2000), quatro fases: formação da agenda; formulação da política; implementação; e avaliação.

Quanto à análise das fases do ciclo político, abordada nos trabalhos avaliados, constatou-se, como pode ser verificado na Figura 4, que a maior parte dos trabalhos se dedicaram a estudar os processos de avaliação (AREIAS; BORGES, 2011; BANKOF; ZAMAI, 2011; ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012; MATIAS, 2013), ou seja, o momento em que se analisam os défices de impacto e os efeitos indesejados, para corrigir futuras ações e programas (FREY, 2000).

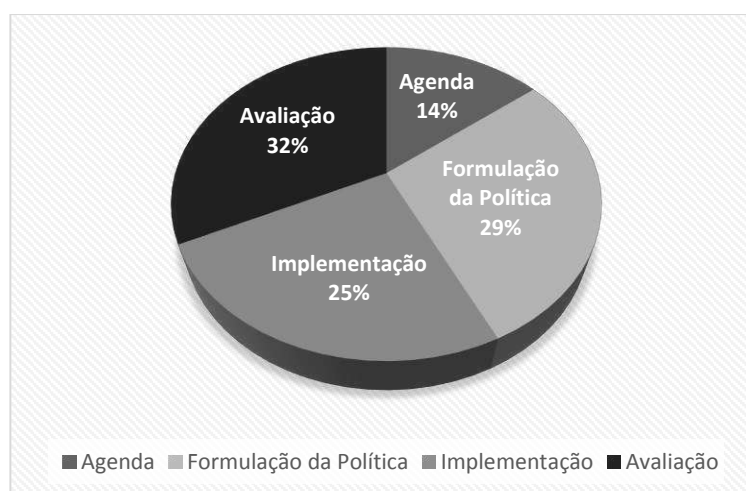


Figura 4 - Fases do ciclo das políticas públicas contempladas na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física, de 2003 a 2015.

Há pesquisadores que se dedicaram a investigar a fase da formulação da política (STAREPRAVO et al., 2010; BONALUME, 2011; MELO et al., 2015), bem como há o que analisou os processos de seleção e especificação da alternativa mais conveniente, definindo os objetivos, o marco jurídico e o financeiro da proposta (SARAVIA, 2006).

Em seguida, figuraram estudos relacionados à etapa de implementação (GAWRYSZEWSKI, 2006; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013). É neste momento em que deve ocorrer a comparação dos fins estipulados na formulação dos programas com os resultados alcançados, “examina-se até que ponto a encomenda da ação foi cumprida e quais as causas de eventuais déficits de implementação” (FREY, 2000, p. 228).

Por fim, em menor volume, a formação da agenda, importante momento quando se decide se um tema está sendo ou não inserido na pauta política e por qual motivo é transformado em um problema público do executivo no desenvolvimento das políticas (FREY, 2000).

O fato de o momento da avaliação ter recebido a maior atenção dos artigos analisados, pode ser compreendido a partir de algumas assertivas. A primeira delas encontra respaldo no crescimento das intervenções em esporte e lazer nos últimos 13 anos (2003-2015), seja no âmbito educacional e participativo ou no rendimento, fomentados, principalmente, pela implantação do ME (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010; STAREPRAVO et al., 2011; ATHAYDE et al., 2015). Este movimento gerou maior volume de políticas públicas no campo e, consequentemente, mais trabalhos que se dediquem a avaliá-las.

Jannuzzi (2011), ao tratar da importância do processo avaliativo para o desenvolvimento das políticas públicas, sinalizou que, a partir deste, é possível dar um retorno à etapa inicial da formulação com correções no plano de ação, caso seja uma política de ordem contínua. A avaliação, entendida neste contexto, deve fornecer informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão, sendo compreendida como um mecanismo de melhoria nesta etapa (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Frey (2002) apontou que a avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e dos instrumentos de ação pública, o que pode ser denominado como a fase de ‘aprendizagem política’.

Assim, seja no nível do discurso, seja no das intenções, a avaliação passou a ser compreendida como um instrumento de análise dos resultados das políticas para mudar o curso de ações ou encerrar programas considerados inadequados (MENICUCCI, 2008), o que pode sustentar a maior presença da fase da avaliação do ciclo das políticas públicas entre os artigos selecionados neste estudo.

Com relação aos objetos de investigação dos estudos selecionados nesta revisão, é possível observar, a partir da Tabela 2, que o setor público, por meio de seus programas de esporte e lazer, recebeu a maior parte da atenção dos pesquisadores nacionais. Tal fato dialoga com as afirmações de Souza (2006) e Silva (2016), os quais sinalizaram o Estado como produtor, por excelência, das políticas públicas, elemento refletido no alto volume de publicações que se dedicaram a investigar as propostas deste para o tema.

Tabela 2 - Instituições como objeto de investigação na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física entre 2003 e 2015

Objeto de Investigação	Percentual
Público	81,83
Sem classificação	14,54
Privado ⁶	3,63
Total	100

Essa excelência assenta-se na concepção de que uma das características centrais que tornam uma política “pública” é o fato de que as decisões e ações que a compõem são amparadas na lei, logo, fundamentadas na autoridade do Poder Público (RUA, 2013). Porém, segundo Souza (2003), esta questão não deslegitima a participação de outros segmentos que não os governos de se envolverem na formulação de políticas públicas, haja vista a participação dos movimentos sociais, grupos de interesse e agências multilaterais internacionais nestas ações. No entanto, em última instância, as políticas públicas dependem de uma estrutura legal de procedimentos e de processos institucionais governamentais (RUA, 2013).

⁶Os objetos de investigação, incluídos na classe de “privados”, são aqueles que se ocuparam sobre a importância do denominado “sistema S”, compreendendo, principalmente, o Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Instituições estas que são de direito privado, colaboradoras do poder público e possuíram papel de destaque na construção das primeiras políticas de lazer do Brasil (CARVALHO; VARGAS, 2010).

Ademais, as políticas públicas colocam o governo em ação, se analisam e, se for necessário, propõem mudanças. Representam o momento em que os governos democráticos irão transformar suas plataformas eleitorais e seus propósitos em verdadeiras ações que produzirão resultados na vida real (SOUZA, 2006).

No caso do esporte e lazer, tal elemento ganha ainda mais destaque, pois a Constituição Federal de 1988, nos artigos 6º e 217º, assegura ambos enquanto direitos sociais e, portanto, dever do Estado em oferecê-los a comunidade.

O setor público está no centro das pesquisas no campo das políticas públicas de esporte e lazer entre 2003 e 2015, entre os entes federados existentes (federal, estadual e municipal), conforme está indicado na Figura 5.

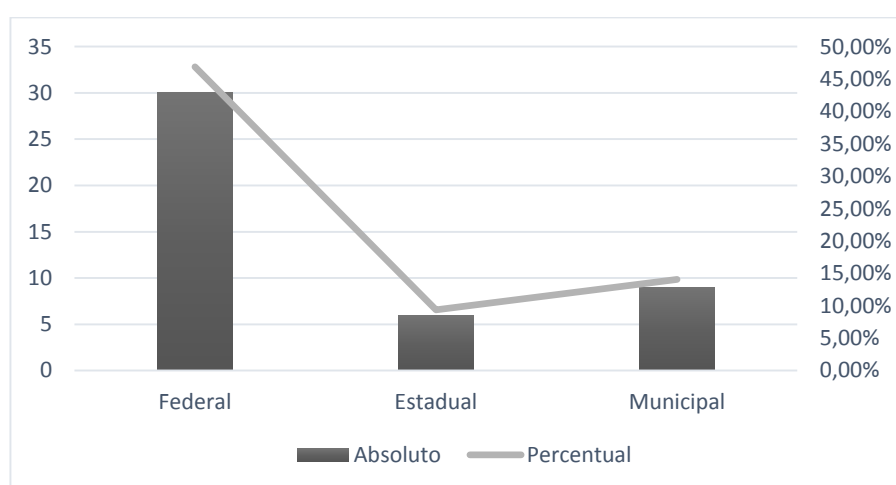


Figura 5 - Entes federados como objeto de análise na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer em revistas brasileiras de Educação Física de 2003 a 2015.

Apesar da clara autonomia dos estados e municípios, fornecida pela Constituição Federal de 1988, no campo do esporte e lazer, o Governo Federal se apresenta como o ente federado que possui maior disponibilidade de recursos para tratar das políticas públicas neste campo, sobretudo a partir da criação de um ministério específico para tratar da questão em 2003.

A criação de uma pasta ministerial específica para o esporte pôde sinalizar que, antes de tudo, o país estaria respondendo a uma demanda social, haja vista que o esporte e o lazer estão na Constituição Federal de 1988 como direitos sociais da população brasileira. Esta demanda social, assim como outras, é representada por grupos altamente heterogêneos e com interesses diversos, sendo fruto desta tensão interna a concepção de diferentes ações no âmbito do esporte e lazer (FIGUEIREDO, 2009).

A partir do levantamento dessas ações, propostas pelo ME entre 2003 e 2015, foi possível notar a ação do Governo Federal na implantação das políticas para o esporte e o lazer nos últimos 12 anos, consolidando-o como o ente federativo de maior destaque neste campo social, como pode ser observado na Tabela 3, que lista as secretarias dentro do ME que atuam com projetos e programas, bem como os respectivos objetivos de cada um.

Tabela 3 - Programas esportivos desenvolvidos pelo Ministério do Esporte de 2003 a 2015

SECRETARIA	PROJETO/PROGRAMA	OBJETIVO
Secretaria Executiva	Lei de Incentivo ao Esporte	Permitir que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda (IR) em projetos esportivos aprovados pelo ME.
Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR)	Plano Brasil Medalhas	Preparar as seleções nacionais das modalidades para o desempenho em competições internacionais e principalmente formar novos talentos esportivos.
	Rede Nacional de Treinamento	Criar um caminho para o atleta desde a sua entrada na modalidade até chegar ao topo do alto desempenho.
	Centro de Iniciação ao Esporte	Ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.
	Bolsa Atleta	Fornecer bolsas para atletas de alto rendimento, os quais obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais.
	Atleta na Escola	Incentivar a prática esportiva nas escolas; difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica; estimular a formação do atleta escolar; e identificar e orientar jovens talentos.
Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)	Programa Segundo Tempo (PST)	Democratizar o acesso à prática e cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

PST Universitário	Popularizar a prática esportiva da comunidade universitária, seguindo os princípios do esporte educacional.
PST Adaptado	Igualizar a prática esportiva de pessoas com deficiência e, ou, necessidades especiais, seguindo os princípios do esporte educacional.
Programa Luta pela Cidadania	Democratizar o acesso às lutas e artes marciais, seguindo os princípios do esporte educacional, especialmente os de diversidade, cooperação, inclusão, participação, coeducação e corresponsabilidade.
Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC)	Proporcionar a prática de atividades físicas, cultura e lazer, que envolve todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência.
REDE CEDES -Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer	Operar por meio da interlocução com grupos de pesquisa vinculados às IES, públicas e privadas, sem fins lucrativos, a fim de produzir e difundir conhecimentos voltados ao aperfeiçoamento e qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e lazer.

Fonte: Dados obtidos diretamente do *site* do Ministério do Esporte. Disponível em: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2016.

Selecionaram-se 17 artigos para a amostra dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal para esporte e lazer entre 2003 e 2015. Na análise destes, observou-se que apenas um artigo teve como tema central o programa da REDE CEDES (TAVARES; SCHAWARTZ, 2013), cujo objetivo foi realizar as gestões da informação e do conhecimento produzido, relativas às ações da rede. O PELC foi foco central em três artigos, onde discutiram-se os avanços, limites e desafios deste Programa (TEIXEIRA et al., 2014), o processo de implementação e desenvolvimento dele (STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013), bem como sua eficiência, eficácia e efetividade social (AREIAS; BORGES, 2011).

O Programa Segundo Tempo, em seu formato-padrão, no entanto, foi o Programa que figurou como foco central em 13 estudos, o que indicou deter um espaço privilegiado na comunidade acadêmica nacional, que concentra seus estudos nas políticas públicas de esporte e lazer. Com relação aos temas abordados sobre o PST, compreenderam-se em: o processo de difusão deste Programa pelo território nacional, assim como as suas nuances (SANTOS, 2012; SANTOS, 2013; SANTOS et al., 2014;

SANTOS; STAREPRAVO, 2015), o surgimento, a origem e o sistema de implementação dele (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013; MATIAS, 2013), bem como os métodos e as características de desenvolvimento das capacitações e equipes colaboradoras (STAREPRAVO et al., 2012; RODRIGUES et al., 2012; RIBEIRO; ISAYAMA, 2015).

Em comparação às demais ações do ME, analisadas neste recorte temporal, o destaque que o Programa Segundo Tempo recebeu pode ter sido em razão de este Programa ser o principal “produto” deste Ministério, conhecido e reconhecido nacional e internacionalmente, sendo, inclusive, exportado para outros países (MATIAS, 2013).

Engelman e Oliveira (2012) confirmaram essas afirmações e apontaram que o PST pode chegar a atender uma média de 1.000.000 de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social por ano, valor este jamais alcançado por outra política pública de esporte e lazer no Brasil.

O Programa Segundo Tempo, em seus 13 anos de existência, foi se adaptando a determinadas variáveis e condicionantes que eram apresentadas pela realidade prática de implementação dessa política pública, passando por adequações como a criação do PSTU, que tem como objetivo democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade universitária, seguindo os princípios do Esporte Educacional em comunidades acadêmicas das universidades públicas, com prioridade em atender o corpo discente por meio da constituição de núcleos esportivos (BRASIL, 2016).

Entre os artigos analisados nesta revisão, não foram encontrados estudos que se dedicaram a esta vertente do Programa – voltado para as comunidades universitárias, visto que todos estavam vinculados ao PST-padrão. Esta condição pode estar relacionada ao fato de que a implantação do PSTU é mais recente, surgido – em caráter experimental – em 2009 e, efetivamente, a partir de 2011, nove anos após o lançamento da proposta-padrão.

Também, uma condição que corrobora para a ausência de produções com o PSTU, como objeto central das análises, é um possível desinteresse da comunidade acadêmica em compreender as políticas públicas de esporte e lazer direcionadas ao público universitário, fato este que pode ser subsidiado pela presença de apenas quatro artigos (STAREPRAVO et al., 2010; RIBEIRO; MARIN, 2012; ZEFERINO et al., 2013; BUZACARINI; CORRÊA, 2015) produzidos entre 2003-2015 e publicados nas revistas analisadas que se dedicaram ao tema.

Além de ser um Programa mais recente e do aparente baixo interesse da comunidade acadêmica em se aprofundar nas questões do esporte e lazer para o público universitário, o PSTU é uma ação que atende menos beneficiados do que a proposta-padrão, ficando, em muitos momentos, restritos às IES.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos selecionados, verificou-se que a produção científica no campo das políticas públicas de esporte e lazer no período de 2003 a 2015 apresentou crescimento a partir do surgimento do ME, em 2003. No entanto, a produção do período manteve a realidade de concentração dos estudos científicos nas regiões Sudeste e Sul, econômica e politicamente mais favorecidas.

O baixo volume e, ou, a ausência de trabalhos científicos nas demais regiões do Brasil, além de sinalizar para uma produção acadêmica pouco democratizada, pode resultar em uma ausência de estudos que discutam problemáticas, avaliem políticas e programas dessas regiões. Tais realidades precisam ser estudadas para permitir o desenvolvimento e a melhoria dessas ações, resultando em qualificação na oferta dos direitos sociais aos sujeitos daqueles lócus.

No que tange ao conteúdo dos estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer, notou-se a presença substancial de trabalhos que estudaram os processos de avaliação, com foco principal na agenda do setor público, em especial do Governo Federal. Este movimento, portanto, evidencia que o Brasil – apesar de tardiamente – passa por uma fase de avanço no controle de suas políticas públicas, com a compreensão da importância do uso dos instrumentos avaliativos para aplicar boas práticas gerencias e garantir acesso aos direitos sociais.

Esta revisão destaca, entre as análises realizadas, o pequeno volume de produção científica relacionada às políticas públicas de esporte e lazer para universitários e a ausência de trabalhos que abordem o PSTU, mesmo com o PST em sua forma-padrão no centro de muitas reflexões. Tal fato pode assinalar para uma desvalorização das questões relacionadas ao esporte e lazer no âmbito universitário, talvez por compreender que a universidade seja um espaço para formação técnico-científico onde ações desta natureza ficam relegadas ao segundo plano.

Concluiu-se, dessa forma, que a publicação de estudos científicos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários precisa avançar nas revistas associadas à Educação Física, tendo em vista principalmente que muitas produções deste subcampo são divulgadas em revistas relacionadas às ciências humanas e sociais.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. S.; JÚNIOR, W. M. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004-2008). *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v.16, n.4, p. 73-92, out./dez. 2010.

AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Campinas, SP, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009.

_____.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, SC, v. 26, n. 42, p. 27-40, jun.2014.

AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Campinas, SP, v. 33, n. 3, p. 573-588, 2011.

ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Campinas, SP, n. 37, v. 1, p. 2-10, 2015.

BANKOFF, A. D. P.; ZAMAI, C. A. Estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer de prefeituras municipais do estado de São Paulo. *Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 70-84, maio/ago. 2011.

BETTI, M.; CARVALHO, Y. M.; DAOLIO, J.; PIRES, G. L. A avaliação da Educação Física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 183-194, nov. 2004.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. *Revista Licere*, Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 1, mar. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério do Esporte. *Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011*.

_____. Ministério do Esporte. *Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário 2016*.

_____, Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 6 nov. 2016.

BUZACARINI, C.; CORRÊA, E. A. Lazer dos “estudantes universitários”. *Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 15-28, abr./jun. 2015.

CARVALHO, R. M. B.; VARGAS, A. O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. *Revista Licere*, Belo Horizonte, MG, v. 13, n. 4, 2010.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão Pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. *Journal of Physical Education*, Maringá, PR, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.

FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. do C. *Esporte e lazer na cidade: práticas corporais re-significadas*. Florianópolis: Ed. Lagoa, 2007.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. *Política e formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno*. 2009. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

GAWRYSZEWSKI, B. Políticas públicas de lazer para a juventude pobre. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 265-278, set./dez. 2006.

GEOCAPES. Dados Estatísticos. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 1, p. 395-411, jan./mar. 2014.

GRANDO, D. *Programas “Segundo Tempo” e “Mais Educação” e seus desdobramentos: o esporte no contexto escolar na perspectiva dos professores de Educação Física*. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.) *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 36, jan./jul., 2011.

KOKUBUN, E. Pós-graduação em Educação Física no Brasil: indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, SP, v. 24, n. 2, p. 9-26, jan. 2003.

LEMONS, E. M. B. C.; DANTAS, E. R.; CHAO, C. H. N. *De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de bairro*. Campina Grande, PB: Ed. UEPB, 2009.

LIMA, W.G.; Política Pública: discussão de conceitos. *Revista Interface* (Porto Nacional). Tocantins, PA, n.5, p.49-54, 2012.

MARCELINNO, N. C. et al. Espaços e equipamentos de lazer em Região Metropolitana. Curitiba, PR: Ed: OPUS, 2007.

MATIAS, W. B. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-23, 2013.

_____.; HUNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. F. I Mandato Governo Lula da Silva – PT (2003-2006) e as políticas de esportes: aprofundando o projeto neoliberal. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, SC, v. 27, n. 45, p. 280-297, 2015.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: O estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2008, p. 179-202.

REVERDITO, R. S. et al. O Programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrossistema. *Journal of Physical Education*, Maringá, PR, v. 27, p. 1-14, 2016.

RIBEIRO, S. P.; ISAYAMA, H. F. O lazer na política pública de esporte: uma análise da formação no Programa Segundo Tempo. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 103-116, 2015.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl., 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RODRIGUES, H. A. et al. O Programa Segundo Tempo e seu processo de capacitação: análise e proposições. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, SC, n. 38, p. 108-122, 2012.

RUA, M. G. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009. 130 p.

_____.; ROMANI, R. Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias. In: *CURSO Online de Políticas Públicas*. [S.l.]: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas. 2013. v. 1.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas Públicas*: coletânea. Brasília: ENAP, 2006, v. 1, p. 21-42.

SANTOS, E. S. Ambiente institucional e difusão do Programa Segundo Tempo: uma análise da difusão regional de 2005 a 2009. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, GO, v. 16, n. 1, p. 35-53, 2013.

_____. As coalizões e os partidos políticos na difusão do Programa Segundo Tempo. *Revista Licere*, Belo Horizonte, MG, v. 15, n. 3, p. 1-26, 2012.

_____.; ANDRADE, J. C. S.; SANTOS, R. S. Programa Segundo Tempo e o papel das prefeituras na sua difusão. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, GO, v. 17, n. 4, 2014.

_____.; STAREPRAVO, F. A.; NETO, M. S. S. Programa Segundo Tempo e o vazio assistencial na região nordeste. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 759-771, 2015.

SCHWARTZ, G. M. et al. *Gestão da informação da sobre esporte recreativo e lazer: balanço da REDE CEDES*. Várzea Paulista: Ed. Fontoura, 2010.

_____. *Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte e lazer: impactos social e científico da Rede CEDES*. Várzea Paulista: Ed. Fontoura, 2015.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SILVA, J. V. P; SILVA-GONÇALVES, L. L.; MOREIRA, W. W. Produtivismo na pós-graduação. Nada é tão ruim, que não possa piorar. É chegada a vez dos orientandos! *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1423-1445, out./dez. 2014.

_____.; MENDONÇA, T. C. F.; SAMPAIO, T. M. V. Grupos de pesquisas e enfoque dado ao lazer das pessoas com deficiência na produção científica no Brasil. *Revista Licere*, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 3, set.2014.

_____. Políticas públicas de esporte: pessoas com deficiência, hierarquização de prioridades e direitos sociais. In: SILVA JÚNIOR, Vagner Pereira da et al. *Educação Física e seus diversos olhares*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, p. 183-202.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v.8, n.16, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO, F. A. et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o estado. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, SP, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.

STAREPRAVO, F. A. *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Orientador: Wanderley Marchi Júnior. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 17, n. 03, p. 233-251, 2011.

STAREPRAVO, F. A. et al. As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, SC, n. 39, p. 129-141, 2012.

SOUZA, A. P. P.; SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E. Barreiras e facilitadores para a implementação do Programa Segundo Tempo: um estudo de caso. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, GO, v. 16, n. 4, out./dez. 2013.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F.M; MARCHI JÚNIOR, W. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições dos espaços. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, SP, v. 29, n.2, p. 217-228, 2015.

STEINER, J. E. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 54, n. 19, p. 341-365, 2005.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramentos das pesquisas financiadas pela REDE CEDES. In: SCHAWARTZ, G. M. et al. *Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da REDE CEDES*. Várzea Paulista: Ed. Fontoura, 2010.

_____; SCHAWARTZ, G. M. Gestão da informação e do conhecimento em políticas públicas: ações realizadas pela rede CEDES/ME. *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 04, p. 207-226, 2013.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer na Cidade. *Revista Licere*, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 3, set. 2014.

TEODORO, A. P. E. G.; GASPAR, D. J. Impacto científico das pesquisas financiadas pela REDE CEDES. In: SCHAWARTZ, G. M. et al. *Gestão da informação sobre políticas públicas de esporte e lazer: impactos social e científico da REDE CEDES*. Várzea Paulista: Ed. Fontoura, 2015.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.

ZEFERINO, J. C.; BARLETTO, M.; SALLES, J. G. C. A participação das mulheres no esporte universitário: um campo em disputa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 2, p. 11-30, abr./jun. 2013.

ZORZETTO, R. et al. The scientific production in health and biological sciences of the top 20 Brazilian universities. *Brazilian Journal of Medical and biological Research*. São Paulo, SP, v. 39, p. 1513-1520, 2006.

ARTIGO 2 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO UNIVERSITÁRIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA: UM ESTUDO DE CASO

Resumo:

Com o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, as discussões sobre o papel da obrigatoriedade do esporte no âmbito universitário se intensificaram e, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a obrigatoriedade da prática esportiva foi retirada, restando às Instituições de Ensino Superior (IES) o oferecimento, ou não, da disciplina para os cursos superiores. Esse movimento fez com que a prática esportiva no *Campus* universitário sofresse alterações significativas. Ante esta problemática realidade do esporte e lazer nas IES públicas brasileiras, o Ministério do Esporte (ME), por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), resolveu desenvolver um projeto-piloto do Programa Segundo Tempo (PST) direcionado ao âmbito universitário, com o objetivo de inserir o esporte de modo transversal no projeto político pedagógico das universidades envolvidas, como forma de resgatar e enaltecer a cultura corporal a partir dos benefícios de sua prática. O Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) é destinado à comunidade acadêmica e busca democratizar o acesso à prática esportiva nas universidades públicas. Os objetivos deste estudo foram avaliar o PSTU da Universidade Federal de Viçosa (UFV), analisar os propósitos do ME para o PSTU, examinar a eficácia e eficiência do convênio 159/2011 e verificar as mudanças empreendidas no esporte universitário da UFV. Metodologicamente, foi uma pesquisa descritiva-exploratória, de abordagem qualitativa, que recorreu à análise documental e entrevista dirigida para responder aos seus objetivos. No tratamento dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados apontaram que o PSTU, na UFV, cumpriu parte considerável dos objetivos traçados pelo ME. No que tange à eficácia da política pública, este Programa cumpriu e superou as metas de atendimento e oferta de modalidades pactuadas. Quanto à eficiência, a partir de ações planejadas e com o auxílio efetivo da Instituição conveniada no estabelecimento de contrapartidas, conseguiu aumentar o atendimento e reduzir o custo por beneficiado. Após o término do convênio com o ME, a UFV tratou de desenvolver o Programa Esporte e Lazer no *Campus* de Viçosa, ação que busca dar continuidade ao oferecimento de modalidades esportivas na perspectiva do esporte educacional. Concluiu-se que o PSTU, durante o tempo em que foi executado na UFV, foi uma política pública eficaz, atendendo majoritariamente as metas do ME, sendo eficiente e deixando uma estrutura técnica para o desenvolvimento de outras ações com o mesmo objetivo na UFV. **PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação; Programa Segundo Tempo; e Universidade.

ARTICLE 2 - ASSESSMENT OF THE UNIVERSITY SECOND TIME PROGRAM AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA: A CASE STUDY

Abstract:

With the end of the military dictatorship in Brazil in 1985, discussions about the role of sports obligation in the university scope were intensified and from the approval of the Law of Directives and Bases of National Education (LDBEN) the obligation of sports practice was withdrawn, leaving Higher Education Institutions (HEI) to offer or not the discipline for the higher education courses. This movement made the sports practice on the university campus suffer significant changes. In face of this problematic reality of sports and leisure in Brazilian public HEI, the Ministry of Sports (ME), through the National Secretariat of Educational Sport (SNEED), decided to develop a pilot project of the Second Time Program (PST) directed to the university scope, with the aim of inserting the sport in a transversal way in the political pedagogical project of the universities involved, as a way of recovering and enhancing the corporal culture from the benefits of its practice. The University Second Time Program (PSTU) is intended for the academic community and seeks to democratize the access to sports practice in public universities. The objective of this study is to assess PSTU of the UFV on different perspectives, as follows: a) to analyze if the objectives proposed by ME for PSTU were fulfilled in the agreement; b) to examine the effectiveness and efficiency of the agreement 159/2011; c) to verify the changes undertaken in the university sport of UFV. Methodologically, it is a descriptive-exploratory research of qualitative approach. It uses documental analysis and structured interview to fulfil its objectives. In the treatment of the data the Content Analysis was used. The results found indicate that PSTU in UFV fulfilled a considerable part of the objectives outlined by ME. Regarding the effectiveness of public policy, it met and exceeded the targets of attendance and offer of agreed modalities. As for efficiency, from planned actions and with the effective assistance of the affiliated institution in the establishment of counterparts, it managed to increase attendance and reduce the cost per beneficiary. After the end of the agreement with ME, UFV dedicated to developing the Sports and Leisure at UFV Program, an action that seeks to give continuity to the offer of sports modalities from the perspective of the educational sport. It is concluded that PSTU was an effective public policy during its execution time in UFV, mostly meeting the goals of ME, it was efficient and it left a technical structure for the development of other actions with the same objective in UFV.

KEY WORDS: Assessment; Second Time Program; University.

1. INTRODUÇÃO

O esporte sempre fez parte da vida universitária, seja organizado pelos estudantes ou incentivado pelas instituições. No entanto, a partir de 1969, o governo militar, com o presidente General Artur da Costa e Silva, torna obrigatória a prática de Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no Ensino Superior (BRASIL, 1971). Desse modo, o esporte assumiu um espaço formal no âmbito das universidades nacionais e passa a ser compreendido como uma política dos governos militares brasileiros (1964-1985).

A construção legal desse processo se deu, inicialmente, por meio da edição do Decreto de Lei nº 705, de 1969. Por meio dele, foi alterada a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024, de 1961, que versava sobre a presença da Educação Física no sistema educacional brasileiro. Porém, apenas em 1º. de novembro de 1971, por meio do Decreto Presidencial nº 69.450, a Educação Física foi regulamentada em todos os estabelecimentos de ensino, tratando este documento: do relacionamento com a sistemática da educação nacional; da caracterização dos objetivos; dos currículos; e da organização e funcionamento.

Dessa forma, as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram, obrigatoriamente, a estimular e oferecer atividades de Educação Física e Esportes, com especial atenção à aptidão física dos acadêmicos e à inserção destes na prática esportiva. Além destes objetivos, no Ensino Superior, a Educação Física deveria auxiliar na conservação da saúde dos acadêmicos, na integração do estudante no *Campus* universitário e na consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade (BRASIL, 1971).

A prática da Educação Física e do esporte deveria ser viabilizada no Ensino Superior por meio dos clubes universitários, criados segundo modalidades esportivas ou atividades físicas afins, em conformidade com as instalações disponíveis, e estes filiados à respectiva Associação Atlética da universidade. Estas organizações esportivas, dirigidas pelos estudantes e supervisionadas pelos professores de Educação Física, eram responsáveis pelo desenvolvimento das intervenções físico-esportivas no espaço universitário (ZEFERINO et al., 2013).

Notou-se que as características da Educação Física, durante os governos militares (1964-1985), estariam pautadas em teorias do Treinamento e da Medicina

Esportiva, com o objetivo de implementar ações de grande alcance e como um mecanismo despolitizado, despolitizador e desmobilizador dos movimentos sociais no país (ROSA, 2006). O esporte-competição seria protagonista nas aulas de Educação Física, para concentrar a atenção e o pensamento da população em uma prática mecânica e pouco reflexiva.

Isto posto, tais características da disciplina Prática de Educação Física no Ensino Superior, elucidaram, segundo Castellani Filho (1994), o real sentido do esporte nas universidades durante a ditadura militar brasileira, cujo objetivo central era aproveitar do seu caráter lúdico esportivo e criar a imagem do brasileiro-esportista-herói para desmobilizar qualquer possibilidade de reorganização política do movimento estudantil.

Logo, ao se constituir uma visão crítica desse processo, pareceu ficar aparente a maneira como as atividades físicas foram propostas e o caráter competitivo em que foram instituídos, bem como demonstrou que as estratégias do governo militar para controle e desmobilização da comunidade universitária não foram novas. Tal elemento também colaborou para a descaracterização do significado efetivo do esporte, enquanto componente de formação humana por meio da dimensão corporal (RIBEIRO, 2010).

Com o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, teve início um novo momento político, econômico e social. No esporte, destacou-se a criação de uma comissão para reformular o seu entendimento – a partir dos olhos do Estado. Como fruto deste trabalho, foi sugerido, sob a forma de indicação, que o conceito de esporte no país fosse ampliado, superando a perspectiva única do rendimento e que, também, contemplasse a perspectiva educacional e da participação (TUBINO, 2010). Estas sugestões permitiram a ampliação do conceito de esporte, identificando-o como uma manifestação que é direito de todos e portanto dever do Estado em fomentá-lo.

Sendo assim, no que tange ao esporte universitário, as discussões sobre o papel de sua obrigatoriedade se intensificaram e, apenas a partir da aprovação da Lei nº.9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a obrigatoriedade foi retirada, restando às IES o oferecimento, ou não, da disciplina para os cursos superiores (BRASIL, 1996).

Esse movimento fez com que a prática esportiva nos *Campi* universitários transitasse da obrigatoriedade para a redução dos investimentos em práticas competitivas, práticas de atividade física para qualidade de vida, tornando escassos os

programas organizados na perspectiva da formação humana e da vivência lúdica (RIBEIRO; MARIN, 2012).

Ante esta problemática realidade do esporte e lazer nas IES públicas brasileiras, o Ministério do Esporte (ME), por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED)⁷, em 2009, resolveu desenvolver um projeto-piloto do Programa Segundo Tempo⁸ (PST) direcionado ao âmbito universitário, com o objetivo de inserir o esporte de modo transversal no projeto político pedagógico das universidades envolvidas, como forma de resgatar e enaltecer a cultura corporal a partir dos benefícios de sua prática (DOMINGOS, 2014).

O Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) é destinado à comunidade acadêmica e segue os princípios do esporte educacional. Tal Programa democratizou o acesso à prática esportiva da comunidade acadêmica das universidades públicas, prioritariamente do corpo discente, a fim de promover a constituição de núcleos de esporte (BRASIL, 2016).

Segundo as Diretrizes, o Programa tem como objetivos específicos:

oferecer práticas esportivas educacionais para atender às necessidades de formação e desenvolvimento esportivo, de recreação e lazer, a fim de resgatar e elevar a cultura corporal dos beneficiados do programa; diversificar a oferta das atividades, valorizando outras práticas corporais; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade, com ênfase na formação integral dos participantes; inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da universidade e incentivar a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como oferecer oportunidade de estágios aos seus estudantes; desenvolver atividades esportivas de integração entre a comunidade universitária; garantir a oferta de diferentes modalidades, assim como a sensibilização para aqueles que não praticam esporte (BRASIL, 2016, p.7).

A perspectiva pedagógica do Programa está pautada por múltiplas vivências no âmbito do esporte educacional, com ênfase no desenvolvimento de ações planejadas, inclusivas e lúdicas, com foco na vida ativa, minimizando qualquer espécie de distinção ou discriminação. Noutra dimensão, o PSTU se estrutura a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão e amplia, sobremaneira, a participação da comunidade universitária na prática de esporte. Também, um importante aspecto está relacionado à autonomia organizacional dos núcleos, que, pautados pelas normas do

⁷Tornou-se Secretaria Nacional de Esporte, Educação e Inclusão Social (SNEELIS) a partir de 2011, continuando responsável pela execução do PST, PST Universitário e demais programas.

⁸Este Programa em seu formato-padrão democratiza a prática e a cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhora da qualidade de vida, prioritariamente daqueles em áreas de vulnerabilidade social (BRASIL, 2016; KRAVCHYCHYN, 2014).

PST, passam a fomentar a pesquisa científica e tecnológica, com base na formação de recursos humanos e qualificação da gestão, o que torna como meta a difusão do esporte educacional como ferramenta de inclusão social dentro do ambiente universitário (DOMINGOS, 2014; KRAVCHYCHYN, 2014; BRASIL, 2016).

Em específico, na UFV, o fornecimento de atividades esportivas sistemáticas estava compreendido apenas pela Associação Atlética Acadêmica LUVE⁹, que atende acadêmicos com esporte de rendimento para formação de equipes, que representam a Instituição em eventos regionais, estaduais e nacionais. No âmbito do esporte educacional, a partir da análise do Projeto Técnico para submissão da proposta do PSTU, pôde-se notar que a Instituição entre 2010 e 2011 não ofertou ações sistemáticas neste campo.

Desse modo, a UFV enxergou na chamada pública 002/2011 do ME para implantação do PSTU a oportunidade de oferecer aos seus discentes essa possibilidade de prática esportiva, até então ausente, e obteve êxito no processo de seleção das propostas. A partir da aprovação, firmou-se, em parceria com o Ministério dos Esportes, o convênio 159, que implementou o PSTU no *Campus* Viçosa, com o objetivo de criar espaços no âmbito acadêmico estimulando a prática esportiva, orientada por docentes do curso de Educação Física da instituição e desenvolvida por monitores alinhados com as diretrizes do Programa (UFV, 2011).

O PSTU, bem como outras ações, é uma política pública e se constitui no momento em que os governos democráticos tentam realizar seus propósitos, a fim de provocar mudanças em suas comunidades (SOUZA, 2006). Tais políticas aparecem com maior intensidade em sociedades marcadas por desigualdades sociais, na garantia dos direitos sociais básicos. Fato este que aumenta a relevância dos processos avaliativos dessas políticas para que possa haver o controle do alcance dos objetivos e das metas traçadas, e também a exigência por racionalizar o gasto público.

Nos últimos anos, a avaliação ganhou campo entre as etapas do ciclo das políticas públicas (MENICUCCI, 2008; JANNUZI, 2011), com espaço de destaque na discussão dos países recém-democratizados e em desenvolvimento, especialmente os

⁹Associação Atlética Acadêmica LUVE/UFV (Liga Universitária Viçosense de Esportes): Responsabiliza-se pelo esporte de rendimento na universidade e tem como principal objetivo a difusão da prática esportiva em caráter competitivo, visando a representação da UFV em competições estaduais e nacionais. É constituída por estudantes de graduação e pós-graduação, regularmente matriculados na UFV. A diretoria também é formada por estudantes, sendo o presidente, vice-presidente e secretário(a) selecionados por meio de eleição, e os diretores posteriormente nomeados pelos eleitos.

da América Latina. Afinal, estes não conseguiam estruturar políticas capazes de favorecer o desempenho econômico deles e promover a inclusão social da sua população (SOUZA, 2006).

Aliado a isso, o Brasil, e demais nações em desenvolvimento, passaram por um processo de adoção de políticas restritivas de recursos públicos, que implicou maior controle sobre o dinheiro público e, naturalmente, exigiu a racionalidade e maximização dos benefícios de suas ações (SOUZA, 2006).

Assim, a avaliação traz como meta a produção de informação de qualidade e organizada sobre programas, políticas, ações e serviços. Quando incorporada à rotina das políticas públicas, a avaliação deve fornecer subsídios para as tomadas de decisão e ações de um conjunto de atores interessados. Dessa forma, pode servir de insumo para mudanças que visam melhorar o desempenho de um programa na execução dos objetivos e metas previstas (VAISTMAN; PAES-SOUZA, 2009). Configura-se o processo avaliativo como a trilha mais segura para verificar o nível de excelência de uma política pública.

Nesse processo de avaliação das políticas públicas, algumas alternativas apresentam-se como possíveis. Este estudo posiciona-se no campo avaliativo da gestão pública, pois este se consolida como um modelo mais organizado e utilizado na literatura brasileira. Este padrão apoia-se num mecanismo analítico, de grande valor didático, que distingue, por meio dos objetivos, das abordagens e dos métodos e das técnicas, três princípios avaliativos: a eficiência, eficácia e efetividade social (SILVA, 2012)

A eficiência é entendida como a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos do Programa; a eficácia é medida em relação ao grau em que o Programa atinge seus objetivos e suas metas; e a efetividade é a que indica se o projeto tem impacto no ambiente em que interveio – sejam eles técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais (COSTA; CASTANHAR, 2003).

A avaliação política e a análise das políticas públicas imputam contribuições de peso para o desenvolvimento de ações governamentais. No entanto, apenas a avaliação das políticas públicas, com adoção de seus métodos e técnicas de pesquisa, é capaz de estabelecer uma relação de causalidade entre um programa *x* e um resultado *y*, ou ainda que, na ausência do programa *x*, não teríamos o resultado *y* (ARRETCHE, 2001; FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

A avaliação da eficácia de uma política, como o PSTU da UFV, apoia-se na

necessidade de observar, após o término da ação, a coerência entre o que foi planejado e o que foi obtido, verificando a adequação dos meios escolhidos para o alcance dos objetivos propostos e levando em consideração se os instrumentos disponíveis foram realmente utilizados e se eram coerentes para o alcance dos resultados esperados (DODÓ, 2016; DULCI, 2012). É seguramente o mais utilizado na avaliação de políticas públicas brasileiras por ser mais fácil e também menos oneroso (SILVA, 2012).

Paralelamente à avaliação da eficácia, faz parte das análises a avaliação da eficiência, por se colocar como um modelo necessário, haja vista a crescente escassez de recursos públicos que demanda racionalização do gasto. Esta análise consolida-se por meio da verificação da relação custo-benefício para alcançar os objetivos dos programas, otimizando os recursos empreendidos (SILVA, 2012).

Assim, este trabalho se justifica a partir de três pilares. Com relação à UFV, pode contribuir para que a Instituição consiga, a partir deste olhar, qualificar projetos atuais ou futuros e fomentar a construção de uma política efetiva de esporte e lazer. Para o ME, configura-se como uma contribuição ao PSTU, no intuito de melhorar o desenvolvimento do Programa, diante da sinalização de acertos e falhas do convênio 159/2011. Por fim, contribui com o campo científico da pesquisa em avaliar as políticas públicas, que, no Brasil, ainda é recente e carece de contribuições (MENICUCCI, 2008).

Nesse sentido, os objetivos deste estudo foram avaliar o PSTU da UFV, recorrendo-se à análise dos objetivos propostos pelo ME para o PSTU; analisar a eficácia e eficiência do convênio 159/2011; e verificar o impacto do Programa no esporte universitário da UFV, após o término do convênio entre IES e ME para a execução da proposta.

2. METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, pois visou conhecer as características do PSTU-UFV e descrevê-lo sistematicamente de forma objetiva e detalhada. Quanto à abordagem, de acordo com os objetivos gerais, foi qualitativa,

haja vista este foi um estudo que avaliou as características de determinada política pública do Brasil (RICHARDSON, 2012).

No determinante tempo, foi realizada uma avaliação *ex-post facto*, pois a análise foi feita a partir de um Programa que teve início em maio de 2012 e o seu término em maio de 2016 (SANO; MONTENEGRO FILHO, 2013).

A fim de responder aos objetivos deste trabalho, a investigação apoiou-se em duas técnicas de coletas de dados. A primeira, chamada de documental (SÁ-SILVA, 2009), deu-se a partir de autorização da Divisão de Esportes e Lazer da UFV, em que foram coletados três relatórios de acompanhamento do PSTU, projeto técnico, plano de trabalho, planejamento pedagógico de núcleo e planejamento pedagógico do convênio.

A segunda, conhecida como entrevista dirigida (RICHARDSON, 2012), completou as técnicas utilizadas na pesquisa. Nessa fase, os sujeitos foram selecionados para colaborar com o estudo por meio de amostragem não probabilística intencional (MATTAR, 2006). Desse modo, a fim de compreender especificamente as dimensões do PSTU-UFV, foram entrevistados o Coordenador (a) Geral do PSTU, a Pró-Reitora de Assuntos Comunitários da UFV, à época da implantação do Programa, e a Reitora da UFV. Por questões éticas, neste artigo, os sujeitos foram identificados apenas com a sigla G1 (Gestor 1), G2 (Gestor 2) e G3 (Gestor 3).

A coleta das entrevistas foi efetuada em local reservado e protegido de ruídos, e foram fornecidas as informações sobre os objetivos e os procedimentos realizados. O estudo cumpriu todos os procedimentos legais, a partir de sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos da Universidade de origem dos autores (protocolo nº 60831616.0.0000.5153 de 06/07/2017).

No âmbito da análise dos documentos e das transcrições das entrevistas, foi utilizado o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2012). Assim, foi possível obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a inferência de conhecimentos relativos à produção e recepção das mensagens.

Durante o processo de análise de conteúdo, foram respeitados três momentos: a pré-análise, fase em que o objetivo foi sistematizar e operacionalizar as ideias, selecionar os documentos e elaborar os indicadores para interpretação final; a exploração do material, em que foram codificadas e decompostas as mensagens; e a elaboração das interpretações e inferências como resultados (BARDIN, 2012).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de responder aos objetivos deste trabalho, os resultados e discussão foram organizados em três polos de reflexão, originários nas categorias constituídas pelo processo de acervo (BARDIN, 2012), a saber: a análise do cumprimento dos objetivos propostos para o PSTU no convênio; a eficácia e eficiência do PSTU-UFV; e os impactos empreendidos no esporte universitário da UFV, após o término do PSTU.

3.1 Programa Segundo Tempo Universitário e seus objetivos na UFV

O ME, por meio da sua Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), realizou, como visto anteriormente, em 2011, a chamada pública 002, que possibilitou o financiamento de IES que desejassem receber o PSTU. Para tal, constituiu, quanto à orientação, o documento “PST universitário – diretrizes e procedimentos” (2011), que trouxe todas as informações necessárias sobre o Programa, desde a apresentação e o objetivo geral até as atribuições profissionais e o uniforme dos beneficiados.

Fundamentados nesse documento, que pautou a construção dos projetos que concorreram nesta primeira chamada pública – caso da UFV, foi possível identificar que o objetivo geral do PSTU é “democratizar o acesso a prática esportiva da comunidade acadêmica das universidades públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de núcleos universitários do PST” (BRASIL, 2011, p. 2).

No caso do convênio 159/2011, firmado entre UFV e ME, foram implantados um núcleo de esporte educacional universitário em atendimento à comunidade universitária da UFV e um núcleo de esporte educacional para pessoas com deficiência em atendimento a crianças e adolescentes do município de Viçosa, MG (UFV, 2011). Para esta pesquisa foi avaliado apenas o núcleo universitário.

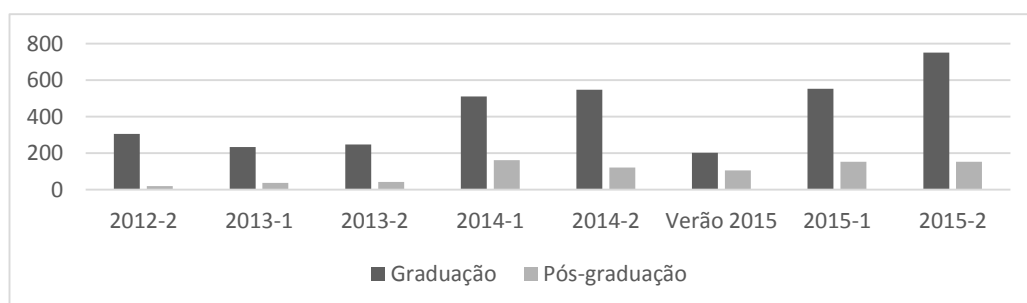
O núcleo analisado tinha como orientação o calendário didático, aprovado pela UFV, a fim de facilitar a inserção da prática esportiva nos horários dos acadêmicos, sejam os da graduação, sejam os da pós-graduação. A estrutura física utilizada pelo Programa era, majoritariamente, a do Departamento de Educação Física, incluindo,

dessa forma, três quadras externas, um ginásio poliesportivo, um pavilhão de ginástica, três quadras de tênis e uma academia de musculação. Havia espaços comuns na Universidade onde eram desenvolvidas atividades, como um campo de futebol de *society*, uma academia ao ar livre e uma piscina localizada no Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Durante o processo de implantação do PSTU na UFV, a divulgação foi feita à comunidade universitária a partir da confecção e divulgação de fôlderes, do portal institucional da UFV, da confecção e colagem de cartazes e dos plantões específicos no DCE Piscina¹⁰. Além destas ações, foi realizada uma manhã de lazer, no dia 12 de maio de 2012, para o lançamento oficial do Programa e confirmação das inscrições dos beneficiados (BRASIL, 2012).

Em atendimento às características do PSTU, a Universidade, por meio da sua Divisão de Esportes e Lazer, definiu que as vagas do Programa seriam distribuídas para acadêmicos (da graduação e pós-graduação) regularmente matriculados na UFV. A Instituição conveniada acrescentou a prioridade aos acadêmicos em vulnerabilidade social, conforme os critérios estabelecidos pelo Serviço de Bolsa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Anexo), para se inscrever no Programa (UFV, 2011).

Notou-se, a partir da análise da Figura 1, que, mesmo não existindo distinção de vagas para estudantes da graduação (ingressantes ou veteranos) e, ou, pós-graduação, o Programa recebeu maior participação do primeiro grupo. Verificou-se um número muito maior de acadêmicos da graduação, 10.596, em contraponto ao de pós-graduação, 4.572, no *Campus* de Viçosa, elemento que pode subsidiar tal apontamento nas inscrições do Programa (VIÇOSA, 2017).



¹⁰ Sede social do Diretório Central dos Estudantes da UFV, local onde os alunos se reúnem durante os intervalos e ao final das aulas.

Figura 1 - Distribuição dos beneficiados por modalidade acadêmica.¹¹

Ainda sobre a maior participação de estudantes de graduação, constatou-se, na fala do gestor 2, que o Programa recebeu um olhar especial da administração para dar oportunidade ao aluno ingressante, ou ao com pouco tempo na Instituição, para que este se envolvesse em ações extracurriculares ofertadas pela UFV, facilitando a adaptação e permanência dele, conforme o relato a seguir:

[...] primeiro, ele envolve o estudante de graduação, ele envolve a oportunidade do estudante que está chegando participar. Muitas vezes você tem programas que é para o aluno que já está finalizando, quando ele já interagiu com a universidade, porque ele vai participar das atléticas, da LUVÉ, ou outros esportes, mas ele precisa de um tempo para conhecer isso, é natural né. O PST não, ele é feito por estudantes da universidade – é um outro fator importantíssimo, profissionais que conhecem a instituição – e que nós demos o aspecto de envolver alunos do início, então isso foi um programa muito diferenciado (SIC) (G2).

Os projetos sociais esportivos do Governo Federal, como o PST e o PELC, focalizavam a vulnerabilidade social e econômica como forma de direcionar as ações a determinado público (SILVA et al., 2015). A vulnerabilidade social foi um critério prioritário para matrícula no Programa da UFV. No entanto, não houve predominância dos beneficiados nessa situação, como visto na Figura 2.

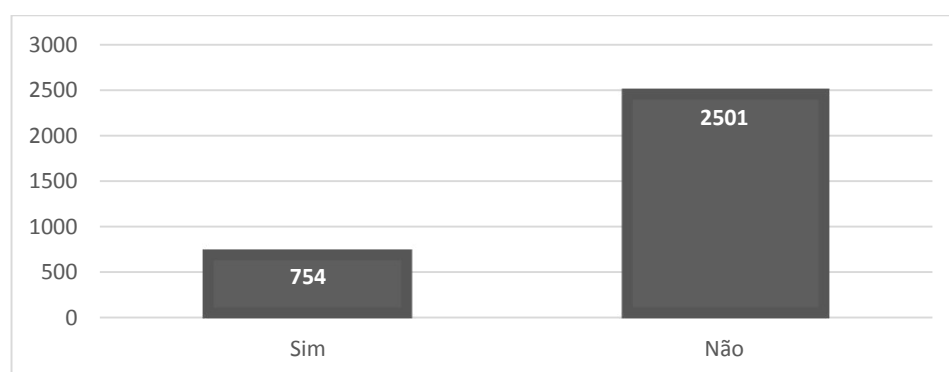


Figura 2 - Total de beneficiados inscritos no PSTU-UFV e que recebiam Bolsa de Assistência Estudantil.

¹¹ Como o Programa foi descontinuado pelo Ministério do Esporte em maio de 2016, em razão do contingenciamento de recursos do Governo Federal, alguns dados referentes a esse último período específico não foram incluídos nos documentos oficiais do convênio.

Os dados da Figura 2 podem ser justificados pela quantidade de vagas ofertadas pelo convênio, elemento que equacionou a relação de demanda e oferta, que conseguiu atender majoritariamente aos que desejavam participar sem precisar dos critérios de seleção dos inscritos.

A prática de atividade física no lazer, seja entre adolescentes, seja entre adultos, carrega conexão com diversos fatores, e o gênero é um deles. Estudos feitos com estes públicos (SALLES-COSTA et al., 2003; SEABRA et al., 2008.) apontaram para um domínio masculino, em comparação ao feminino. Tal forma que, no PSTU-UFV, a identificação de gênero também foi levada em conta no momento de se estruturarem as vagas do Programa, com a reserva de 50% para mulheres e 50% para homens, se necessário (FIGURA 3) (UFV, 2011).

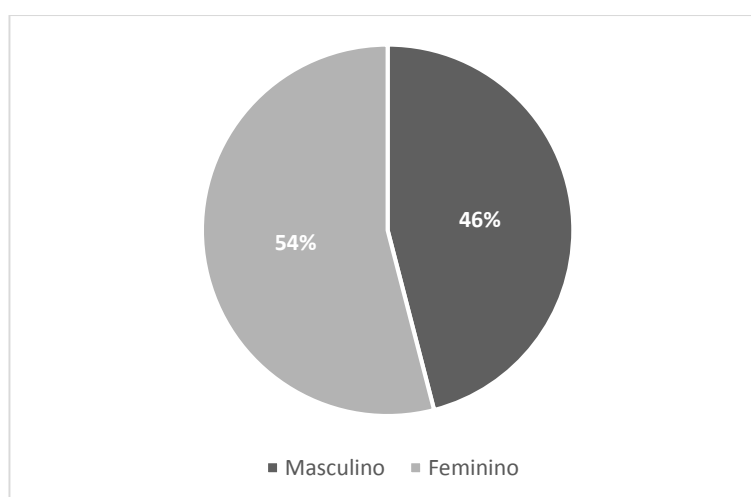


Figura 3 - Distribuição, por sexo, dos beneficiados no PSTU-UFV entre 2012 e 2016.

No entanto, a partir da análise da Figura 3, observou-se um comportamento diferente, com predominância das mulheres no volume de inscritos, elemento que pode trazer conexão com a cultura local, hábitos laborais e outras questões que ensejariam novos estudos (RALL, 2012).

No que tange à oferta e diversificação de práticas esportivas educacionais, para atender às necessidades de formação e ao desenvolvimento esportivo de recreação e lazer, o que pode resgatar e elevar a cultura corporal (BRASIL, 2011), o PSTU-UFV inseriu em seu Planejamento Pedagógico do Convênio (PPC) a oferta de 20 modalidades esportivas, entre individuais e coletivas.

A organização proposta pelo PPC divide as modalidades em esportes com raquete: tênis e badminton; esportes individuais e aquáticos: atletismo, natação, tênis de mesa e peteca; esportes cognitivos: xadrez, dama e sudoku; esportes de lutas: judô, capoeira, jiu-jitsu, karatê e MMA; esportes coletivos: futsal, futebol, voleibol, basquetebol, handebol e goalball (UFV, 2012), sempre ofertados em turmas mistas. No Quadro 1, é possível observar as modalidades ofertadas no primeiro e no último semestre de atendimento do PSTU-UFV.

Quadro 1 - Modalidades esportivas ofertadas pelo PSTU UFV

Modalidades Esportivas	
2012/2	2016/1
Tênis	Futsal
Jogos de Mesa	Futebol Society
Atletismo	Ginástica Artística/Circo
Natação	Basquetebol
Basquetebol	Voleibol
Handebol	Natação
Voleibol	Tênis
Futsal	Badminton
Lutas	Musculação
Ginástica	Peteca

Fonte: <<http://pstufv.blogspot.com.br>>.

As atividades implementadas no núcleo universitário eram divididas em “atividades esportivas”, organizadas em turmas com aulas duas vezes por semana; e “atividades complementares”, que ocorriam uma vez por mês, aos sábados, abertas às comunidades viçosense e universitária, que não estavam inscritos no programa¹². Estas tinham por função precípua dar oportunidade aos beneficiados práticas que não eram contempladas durante as atividades esportivas (UFV, 2012).

Cabe destacar que nem todas as modalidades esportivas inseridas no PPC foram diretamente ofertadas aos beneficiados nas turmas do Programa. Elas eram disponibilizadas, de acordo com os levantamentos feitos com os participantes, observando o interesse e característica da população atendida, para fazerem parte das atividades esportivas ou complementares (BRASIL, 2011) (FIGURA 4).

¹²Informações encontradas no blog do PSTU-UFV. Disponível em: <<http://pstufv.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Na Figura 4, observa-se o interesse dos beneficiados nas modalidades esportivas ofertadas. Foi possível notar que, durante o funcionamento do programa, modalidades como tênis, voleibol e natação receberam uma procura expressiva por parte dos beneficiados em contraponto às práticas “tradicionais” – futebol, handebol, basquete. Foi possível também verificar um interesse por esportes que comumente não são ofertados gratuitamente e outros que, historicamente, possuem forte demanda por prática na Instituição, como o caso do voleibol e da natação.

Esse levantamento era feito no ato da inscrição, e o beneficiado poderia escolher mais de uma opção. A partir dele, a coordenação pedagógica organizava a abertura das turmas, com o objetivo de contemplar, ao máximo, os interesses dos participantes.

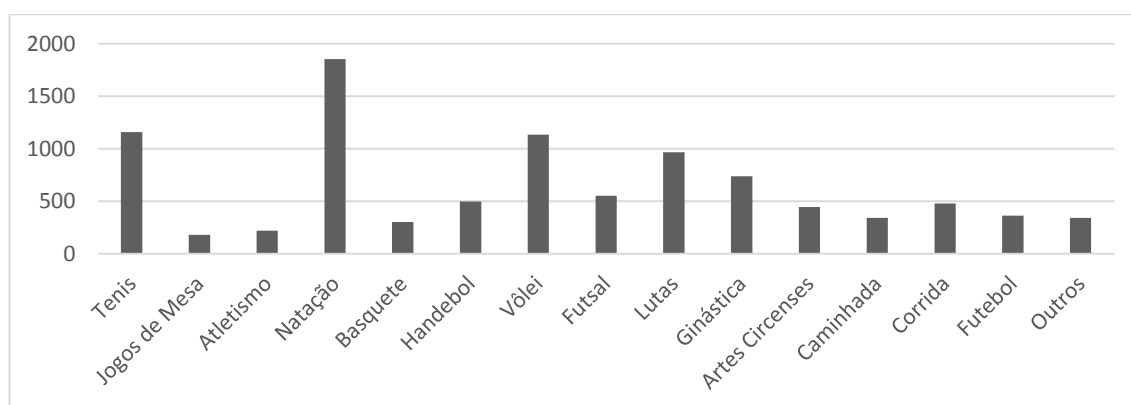


Figura 4 - Interesse dos beneficiados do PSTU nas modalidades esportivas ofertadas.

Com a finalidade de corresponder ao desejo do PSTU, de inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da IES, oferecendo oportunidade de estágios aos estudantes da área da Educação Física e Esporte (BRASIL, 2011), o núcleo universitário da UFV propôs em seu projeto técnico (2011, p. 27), que “o coordenador geral, coordenador pedagógico e monitor de esporte seriam acadêmicos vinculados à instituição, cursando pós-graduação e graduação em Educação Física/Esporte”. Tal característica do PSTU-UFV foi destacada como um ponto positivo pelos gestores institucionais, como pode ser visto a seguir:

[...] Mas felizmente nós conseguimos excelentes profissionais né, mestrandos, um grupo muito sério [...] e assim todas as modalidades propostas puderam ser implementadas, tivemos uma boa adesão dos alunos (G2).

[...] Um outro ponto importantíssimo é a oportunidade que os nossos alunos[...] tem de trabalhar num programa, bem estruturado, fazer planejamento, fazer todo um acompanhamento da sua aula, ver o resultado daquela aula, mudar aquela aula, aquela atividade (G3).

Dar oportunidade aos acadêmicos da própria Instituição, sejam eles da pós-graduação, sejam da graduação, a experiência em conduzir o Programa pode trazer um complemento positivo ao processo de formação, pois, para além das capacitações e do acompanhamento das Equipes Colaboradoras (EC), estes coordenadores e monitores trabalhavam cotidianamente com a supervisão local dos coordenadores institucionais, professores vinculados à UFV, os quais acompanhavam a execução da proposta.

Os coordenadores e monitores do PSTU-UFV incluíam em sua carga horária semanal: reuniões pedagógicas, com objetivo de discutir as demandas e problemáticas que surgiam durante as intervenções; e grupos de estudos, para discussão de temas não apenas ligados ao PSTU, mas também que promovessem a integração com outras áreas de pesquisa e disseminação tecnológica. Ao final de cada semestre letivo, todo o grupo realizava capacitação para o aprofundamento dos recursos humanos sobre as diretrizes do PST e o planejamento pedagógico, com a participação de professores convidados (UFV, 2012; UFV, 2011; UFV, 2015).

Engelman e Oliveira (2012) sinalizaram que a governança proposta pelo PST inova quando caminha na direção de um estado-rede, ou seja, abrindo-se a compartilhamentos com vários segmentos envolvidos no processo, com o objetivo de realizar uma gestão pública ampliada. Um importante elemento do Programa que dialoga, frontalmente, com esse modelo de gestão e a concepção de estado-rede são as capacitações e as Equipes Colaboradoras (EC).

Essas equipes participavam desde a concepção da filosofia do Programa até a presença e avaliação efetiva das ações cotidianas dos núcleos. Elas tinham por objetivos potencializar e qualificar as intervenções, sejam elas na dimensão administrativa, sejam na pedagógica. As EC contam com profissionais ligados a 33 IES espalhadas por todo Brasil, em sua maioria mestres e doutores ligados à área da Educação Física e do Esporte (STAREPRAVO et al., 2012).

Quanto ao objetivo específico de “incentivar a articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2011, p. 2), o convênio 159/2011 revelou uma fragilidade no âmbito da pesquisa, pois apresentou um baixo volume de produção

acadêmica relacionado ao PSTU-UFV. Este artigo foi a única pesquisa sobre o convênio da UFV. A produção realizada pelo núcleo consta na dimensão dos resumos em anais de congresso, como visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Produção acadêmica dos monitores do PSTU-UFV no período de vigência do convênio (2012-2016)

Título¹³	Autor/Ano
PSTU na Universidade Federal de Viçosa	BRUM, T. R. et al. (2013)
A educação para o lazer no PSTU – relato de experiência na modalidade voleibol.	MARTINS, L. L. G. et al. (2014)
Relato de experiência: intervenção pedagógica no PSTU da modalidade basquetebol.	SILVA, R. P. et al. (2014)
O badminton como alternativa de lazer para estudantes universitários por meio do PSTU.	CALDAS, L. R. R. et al. (2014)
Auto avaliação do estado de saúde de estudantes universitários participantes de atividades esportivas.	MARTINS, L. L. G. et al. (2015)

Fonte: o autor (2017), a partir dos Anais do SIA-UFV.

No âmbito do ensino, o Programa poderia se configurar como espaço para se realizar o estágio obrigatório do Bacharelado em Educação Física, servindo aos monitores de esporte como forma de cursar a disciplina EFI 498 (Estágio Acadêmico), em que o acadêmico teria uma experiência pré-profissional, colocando-o em contato com a realidade de sua área de atividade (VIÇOSA, 2017).

Tal apontamento pode encontrar respaldo na distribuição das horas de trabalho dos monitores, com ênfase nas atividades práticas de intervenção, 12 horas semanais. O restante das horas era distribuído em uma hora para reunião administrativa, uma hora para reunião pedagógica, duas horas de grupo de estudo e quatro horas de planejamento. Desse modo, a produção acadêmica, que exige tempo e dedicação, foi

¹³ Tais produções foram divulgadas cientificamente nos anais do Simpósio de Integração Acadêmica da Universidade Federal de Viçosa, nas edições de 2013/2014/2015. Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/anais>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

colocada em segundo plano no confronto com as atividades de ensino e extensão (UFV, 2015).

A partir da análise das diretrizes do PSTU e das ações implementadas pelo convênio 159/2011, observou-se que o núcleo universitário da UFV buscou, durante o tempo de execução, andar alinhado com o ME, cumprindo as ações propostas e atingindo parte considerável dos objetivos do Programa.

3.2 Programa Segundo Tempo universitário: metas e recursos

O PSTU-UFV tinha a estrutura composta, segundo as diretrizes do Programa, por um coordenador geral pedagógico e três monitores esportivos, com a meta de atendimento estabelecida em 300 beneficiados. Porém, logo após o início das atividades do núcleo, foi solicitado ao ME disponibilizar um coordenador pedagógico, e o convênio teve o pedido atendido.

Analisar a capacidade do PSTU-UFV em ser eficaz, ou não, significou considerar a medida de quanto foi feito com o que se tinha, traduzindo, assim, a relação entre os instrumentos utilizados e os resultados alcançados (DODO, 2016; DULCI, 2012). Na Figura 3, observa-se o volume de inscrições durante o primeiro ciclo de atendimento (2012-2014), em comparação com o que foi planejado com o Ministério.

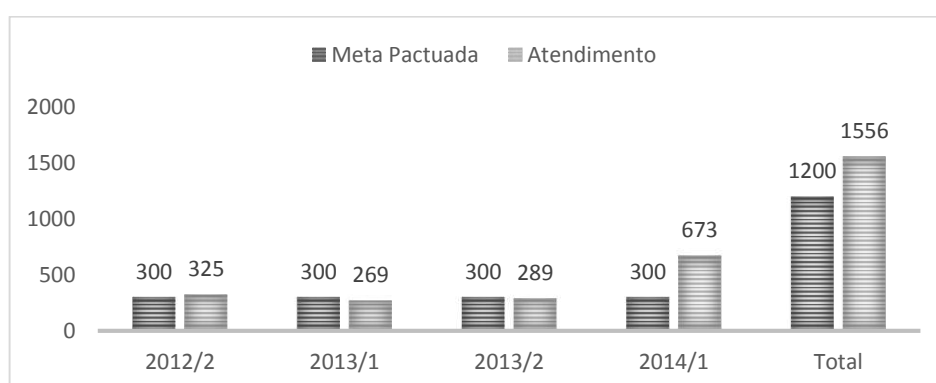


Figura 5 - Número de inscritos por período no PSTU-UFV no 1º ciclo de atendimento.

Os primeiros meses para implementar o PSTU na UFV foram cercados por algumas adversidades. A universidade recebeu a informação da aprovação, em novembro de 2011, e, em seguida, o recurso foi descentralizado pelo ME próximo ao mês de fevereiro de 2012, com a orientação de início imediato no processo. Dessa feita, em seguida, foi efetuada a contratação dos coordenadores e monitores.

As ações de implementação foram iniciadas como previsto no cronograma, com a efetivação de atividades para divulgar o Programa e o recrutamento de beneficiados. A partir da contratação:

[...] iniciou o processo de deflagração da greve na UFV. E nesse processo de deflagração da greve ficou tudo muito atropelado, porque em maio foi decretado greve geral, sendo que estava tendo paralisações e nessas paralisações os alunos já não estavam frequentes. Aí o que que decidiu-se, suspender as atividades do programa, conversar com os monitores que não iria pagar bolsa e os coordenadores estariam trabalhando na parte de implementação – porque tinha toda a burocracia que não foi feita, que era o projeto pedagógico do programa, o plano de trabalho, as placas de identificação visual, os relatórios de implementação que tinha que ser enviado ao Ministério do Esporte, isso tudo tinha que ter tido 3 meses e na verdade como foi atropelado não teve (SIC) (G1).

Esses fatores podem ser considerados no momento de avaliar a baixa adesão dos acadêmicos da UFV ao Programa nos três primeiros semestres de atendimento. Especificamente no primeiro semestre de atendimento, apesar dos dados sinalizarem para o alcance e a superação da meta planejada entre ME e UFV, o Gestor 1 sinalizou em sua fala que, após o processo da greve, o PSTU-UFV passou por dificuldades em recrutar os beneficiados, “aí tivemos que iniciar um novo processo [após a greve] de divulgação para recrutar beneficiados e, mesmo assim, a gente não conseguiu muitos, principalmente pela carga horária”(GESTOR 1).

No entanto, superado esse desafio inicial, seguiram-se os semestres 2013/1 e 2013/2, ainda com número de inscritos abaixo do esperado pelo ME, como pode ser visto na Figura 3.

Quando se obteve a ordem de início para atendimento ao público, no dia 10 de setembro de 2012, o PSTU era estruturado com aulas concentradas em dois dias da semana (quarta-feira e sábado), nos mesmos horários, e existiam apenas nove turmas, compostas por duas modalidades – uma coletiva e uma individual (UFV, 2011), conforme pode ser visto no relato a seguir:

[...] a administração, naquele momento, entendia que as aulas tinham que ser oferecidas 2 vezes por semana concentrados, quarta e sexta [sábado]. Aí nisso foi um processo complicado por causa dos horários da graduação. Então, em alguns momentos, assim, a pouca flexibilidade em compreender a dinâmica que é o programa, contribui

para isso. Tanto é que nos semestres seguintes, a gente conseguiu essa flexibilidade de horários, de implementar e foi aí que nós conseguimos mais beneficiados (G1).

Ao final de cada semestre de atendimento, como mecanismo de acompanhamento da execução da proposta pelo ME, eram colhidas avaliações de beneficiados e monitores sobre o desenvolvimento das atividades do núcleo. A partir da análise desses relatos, que fizeram parte do 2º. Relatório de Acompanhamento, agrupados no Quadro 2, é possível perceber que estas avaliações corroboram com as afirmações anteriormente citadas para justificar a dificuldade do convênio 159/2011 em preencher todas as vagas disponíveis e cumprir a meta com o ME.

Quadro 2 - Avaliações do 2º. Relatório de Acompanhamento PSTU-UFV

Beneficiados	Monitores
• “Não ser contínuo. A cada semana temos atividades diferentes e isso atrapalha no aprendizado, pois quando começamos a nos adaptar à determinada atividade, na semana seguinte muda-se a modalidade.”	• “Apesar de toda estrutura e funcionamento do Programa, a greve foi um fator que prejudicou uma sequência das atividades e, com isso, acarretou certa evasão dos alunos nas aulas, pois, apesar de todas as turmas estarem com número máximo de alunos, poucos deles frequentam efetivamente as aulas.”
• “Pouca disponibilidade de dias na semana, ficando restrito apenas a opção de quarta e sábado.”	• “Impor” algumas modalidades esportivas.”
• “Poucas opções de horário.”	• “Dias restritos.”

Fonte: 2º Relatório de Acompanhamento (2013).

Com o findar do terceiro semestre de funcionamento do Programa (2013/2), e atenta ao *feedback* fornecido pelos beneficiados, ao final de cada ciclo de aulas, juntamente com as avaliações das EC, a coordenação administrativa e pedagógica do convênio 159/2011 reestrutura a parte pedagógica do núcleo e, para tal, apoia-se no item 11, subitem 11.1 das diretrizes do PSTU (2011, p. 7):

[...] a Universidade fica responsável pelo levantamento das demandas em relação às atividades e aos horários para se adequar aos interesses do público alvo. Com o levantamento da demanda e a disponibilidade

das instalações físicas devem ser definidos os horários e as atividades, permanecendo o mínimo de atendimento de 1h30min, duas vezes por semana, para cada beneficiado.

Assim, com a ciência do ME, o PSTU-UFV estabeleceu 16 turmas, distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno, com aulas duas vezes por semana, com duração de 1h30, contemplando futsal, basquetebol, voleibol, handebol, futebol society, natação, tênis, ginástica, musculação, peteca e badminton, como pode ser visto no Quadro 2 (UFV, 2014).

Quadro 3. Grade horária do PSTU – UFV 2016/1

Turma	Horário	Modalidade
T1	2 ^a e 4 ^a – 15h	Futsal/Futebol Society
T2	2 ^a e 4 ^a – 20h30	Ginástica Artísticas/Circo
T3	3 ^a e 5 ^a – 14h	Basquetebol
T4	2 ^a e 4 ^a – 18h30	Voleibol
T5	3 ^a e 5 ^a – 14h	Natação
T6	3 ^a e 5 ^a – 10h	Tênis
T7	2 ^a e Sábado – 10h	Badminton
T8	2 ^a e 4 ^a – 19h30	Ginástica
T9	4 ^a e 6 ^a – 16h	Natação
T10	2 ^a e 5 ^a – 17h	Musculação
T11	3 ^a e 5 ^a – 16h	Tênis
T12	2 ^a e 4 ^a – 18h	Peteca
T13	3 ^a e 6 ^a – 18h	Voleibol
T14	3 ^a e 5 ^a – 8h	Natação
T15	3 ^a e 5 ^a – 20h30	Badminton
T16	4 ^a – 14h	Natação
	Sábado – 9h	

Fonte: Dados obtidos no site: <<http://pstufv.blogspot.com.br/>>.

Essas alterações foram justamente para diversificar os horários de atendimento das turmas e derrubar a exigência do beneficiado em fazer, obrigatoriamente, uma modalidade individual e outra coletiva ao se matricular. Como reflexo dessas mudanças, o quarto semestre (2014/1) de vigência do Programa apresentou um crescimento de 125% no volume de atendimento, utilizando-se como referência a meta planejada.

Assentados nessa melhoria do atendimento aos beneficiados e nas avaliações positivas que o Programa obteve a partir do 2º. RA, a UFV solicitou, por meio do ofício 0045/2014, a suplementação de recursos do ME para a continuidade do

Programa e obteve, em abril de 2014, a sinalização positiva para sua demanda. De tal modo que a SNELIS suplementou recursos para o funcionamento do PSTU por mais 22 meses, a contar do mês de setembro de 2014.

Nesse período pós-suplementação de recursos, o PSTU-UFV manteve a trilha de crescimento do atendimento aos beneficiados apresentado no semestre 2014/1, o que resultou em desempenho positivo, ao se comparar com a meta pactuada com o Ministério, conforme pode ser visto na Figura 6.

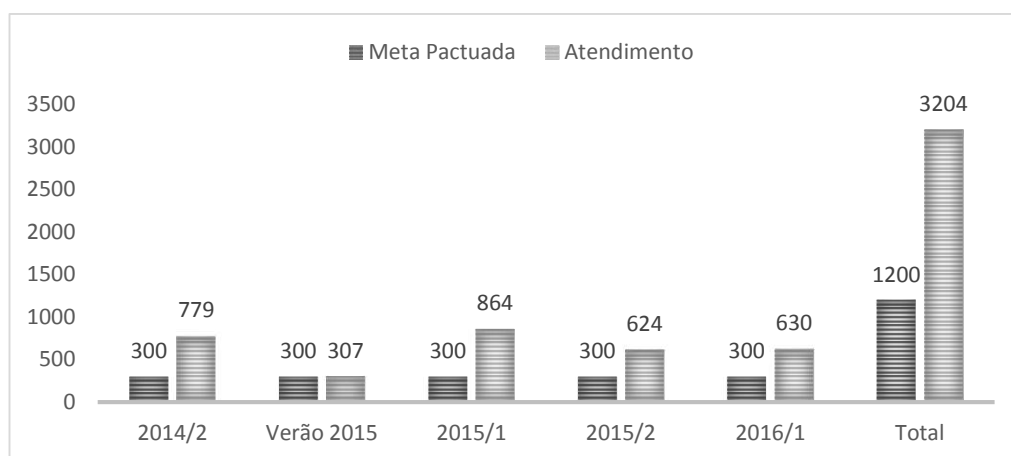


Figura 6 - Número de inscritos por período no PSTU-UFV no 2º ciclo de atendimento.

A suplementação trouxe, também, como contrapartida, o fornecimento de três bolsas por parte da UFV, objetivando ampliar a equipe e expandir a oferta de vagas do Programa, como afirmou o gestor 3.

[...] E ele começou de uma forma tão robusta que foi necessário até aumentar “né”; além daquilo que nós ganhamos lá por monitores, material esportivo, etc, nós aumentamos o número de instrutores porque as demandas para as atividades foram muito grandes (SIC). Da própria universidade, nós suplementamos porque a adesão ao programa foi muito grande. Então foi um PST com recurso do Ministério do Esporte, mas, ao mesmo tempo, a gente acrescentando (SIC) um pouco mais para ampliar principalmente mais monitores.

A análise da eficácia, ou seja, a verificação do alcance das metas propostas (SANO; MONTENEGRO FILHO, 2013) do PSTU no convênio 159/2011 com a UFV pode ser considerada positiva, haja vista que as metas foram atingidas e superadas com os mecanismos e instrumentos oferecidos pelo ME. Ademais, um importante critério

para avaliar as políticas públicas precisa ser levado em conta a fim de cumprir os objetivos deste estudo, a eficiência.

Nesse aspecto, corrobora-se com a afirmativa de que a eficiência é um objetivo democrático, pois ao implementar uma política o governo está investindo um recurso público (SANO; MONTENEGRO FILHO, 2013; ARRETCHE, 2001).

Assim, para observar a eficiência no processo de execução do PSTU-UFV, foi necessário analisar os recursos disponibilizados pelo ME no desenvolvimento do Programa e o número de atendimento, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Recursos disponibilizados pelo ME no primeiro ciclo de atendimento (2012/2-2014/1)

Especificação	Período de atuação	Valor descentralizado	Meta pactuada de atendimento	Beneficiados atendidos no período
1 Coordenador Geral	26 meses	R\$ 31.200,00	1.200	
3 Monitores de Esporte	26 meses	R\$ 31.050,00	300	1.556
1 Coordenador Pedagógico	22 meses	R\$ 26.400,00	beneficiados por semestre	
Materiais Esportivos	26 meses	R\$ 20.000,00		
TOTAL		R\$ 108.650,00		

Fonte: plano de trabalho do PSTU-UFV.

Nesse primeiro ciclo de desenvolvimento da ação, os coordenadores geral e pedagógico possuíam remuneração mensal de R\$ 1.200,00; e monitores, R\$ 400,00. Diante deste valor total investido, somando-se o custeio de pessoal e o de material, com relação à meta para um núcleo-padrão de esporte educacional, o custo por beneficiado no ciclo seria R\$ 90,54. No entanto, as medidas adotadas pelo convênio 159/2011, com vistas a expandir e qualificar o atendimento, permitiram que este valor fosse reduzido para R\$ 69,82.

O segundo ciclo de desenvolvimento da ação trouxe, na descentralização de recursos, uma readequação nos valores disponibilizados pelo Ministério, como observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Recursos disponibilizados pelo Ministério do Esporte no segundo ciclo de atendimento (2014/2-2016/1)

Especificação	Período de atuação	Valor descentralizado	Meta pactuada de atendimento	Beneficiados no período
1 Coordenador Geral	22 meses	R\$ 52.800,00	1.200	3.204
1 Coordenador Pedagógico	22 meses	R\$ 52.800,00	300	
3 Monitores de Esporte	22 meses	R\$ 49.500,00	beneficiados por semestre	
3 Monitores de Apoio- UFV	22 meses	R\$ 26.400,00		
Materiais Esportivos	22 meses	R\$ 3.300,00		
TOTAL		R\$ 184.800,00		

Fonte: plano de trabalho do PSTU-UFV.

A partir dessa readequação de valores para o segundo ciclo de atendimento do PSTU-UFV, os coordenadores geral e pedagógico passaram a receber R\$ 2.400,00; os monitores de esporte do ME, R\$ 750,00; e os monitores de apoio fornecidos pela UFV, R\$ 400,00. Nessa suplementação de recursos, destacou-se a queda no valor investido pelo Ministério com a rubrica de aquisição de materiais esportivos, desconsiderando, nesse aspecto, o crescimento no atendimento aos beneficiados e sinalizando para um maior compartilhamento das responsabilidades do Programa com a Instituição conveniada – a UFV.

No segundo ciclo, se o convênio 159/2011 atendesse à faixa compreendida pela meta planejada (1.200 beneficiados), o valor investido por aluno seria R\$ 102,00. Porém, a partir das alterações citadas anteriormente e com a colaboração da Instituição conveniada no Programa, o atendimento foi expandido e a meta superada em 167%, reduzindo, dessa forma, o valor por aluno para R\$ 57,67.

Ao se realizar a análise dos recursos envolvidos no desenvolvimento do PSTU-UFV, tiveram-se um investimento de R\$ 267.400,00 descentralizados pelo ME e R\$ 26.400,00 investidos por parte da UFV, Instituição conveniada do Ministério, concretizando 4.760 atendimentos aos acadêmicos da pós-graduação e graduação durante oito semestres ininterruptos de funcionamento do Programa.

Assim, é possível avaliar, positivamente, o PSTU-UFV no que tange ao aspecto de sua eficiência, pois notou-se que os investimentos com o convênio foram aplicados nos compromissos firmados na dinâmica de racionalização do investimento público,

elemento fundamental em uma política pública, quando se observa uma forte crise fiscal do Estado (SANO; FILHO, 2013; ARRETCHE, 2001).

3.3 O impacto do PSTU na Universidade Federal Viçosa

Com o término da vigência do convênio 159/2011, que estabelecia o PSTU no Campus da UFV, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, por meio da sua Divisão de Esportes e Lazer, buscou com a administração superior da Universidade formas de financiamento para a continuidade das ações sistemáticas de esporte e lazer. Assim, sustentados pelo *know-how* deixado pelo ME, foi constituído o Programa de Esportes e Lazer na UFV (PELU), entendido pelos gestores como uma sequência do que era feito pelo PSTU, conforme relatos:

[...] Na perspectiva que ele vem com uma proposta de [...] dar a estrutura que as universidades necessitam ou necessitavam para estar implantando ações de esporte e de lazer para os estudantes das universidades e isso tem um impacto enorme na questão da evasão e da retenção né. [...] E hoje sem o recurso do Segundo Tempo, mesmo assim a universidade continua fazendo algumas ações de esporte e lazer, dentro da proposta do PSTU (G2).

[...] Então nós estamos fazendo um programa similar através da PCD¹⁴ e da DLZ¹⁵, onde nós estamos com alguns monitores – não com aquele número enorme que a gente tinha o financiamento – mas estamos com alguns monitores oferecendo atividade esportiva para os nossos estudantes. Na mesma sistemática, quer dizer isso foi um legado maior, um legado muito grande, porque quer dizer que passou e que foi boa (SIC). Quando a DLZ dentro da PCD ela coordenou esse projeto, ela também teve um aprendizado e isso foi um legado que nós fizemos e elaboramos um programa, um mini programa PST aqui dentro. (G3).

As atividades, bem como no PSTU, são ministradas por sete monitores de esportes, acadêmicos do Curso de graduação em Educação Física da própria Universidade, e a coordenação geral fica sob a responsabilidade da Divisão de Esportes e Lazer. Uma característica diverge do PSTU para atender a um objetivo da

¹⁴ Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa.

¹⁵ Divisão de Esportes e Lazer da Universidade Federal de Viçosa.

UFV, os acadêmicos que estão chegando à Instituição, no 1º ano letivo têm prioridades pelas vagas.

O PELU oferece aulas duas vezes por semana, em diferentes dias e horários, contemplando 19 turmas, distribuídas nas seguintes modalidades: boxe chinês, corrida/caminhada orientada, dança, defesa pessoal, futebol society, futsal, handebol, peteca, tênis de mesa, natação e vôlei. Estão inscritos no programa 506 beneficiados; no entanto, o controle de frequência aponta que apenas 291 são efetivamente atendidos. Segundo a Divisão de Esportes e Lazer, não foram criadas novas turmas para atender essa demanda em razão da restrição de espaços físicos disponíveis para prática dessas modalidades.

O PST, tido como a maior política pública de esporte e lazer em número de atendimentos no Brasil (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012), tem como valiosa a autogestão após o fim de seus convênios, seja nas municipalidades brasileiras, nos estados, nas universidades ou nas organizações não governamentais (ONG). Tal elemento é fartamente abordado nas diretrizes do Programa, como pode ser visto a seguir, em que a SNEIS clarifica este ponto estruturante da proposta.

Portanto nosso grande desafio com a Implantação de nossos PROGRAMAS, é que nossos parceiros, observem a necessidade de estruturar o setor do Esporte e do Lazer na sua cidade, com a constituição de órgãos responsáveis por essa política, Conselhos Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer, Planos Decenais, Leis Orgânicas que regulamentem o Esporte e Lazer na sua respectiva esfera, amplie as condições estruturais de espaços, recursos humanos e financiamento. E assim os programas nacionais passam a assumir um papel de fomentador das políticas, com uma função colaborativa no que diz respeito ao financiamento para implementação de todos os níveis e serviços de atendimento à população nas Políticas de Esporte e Lazer (BRASIL, 2016, p. 21).

Com essa compreensão, o ME justifica, até certo ponto, o fato do PST ser celebrado por meio de convênios com duração média de 22 meses, com apenas uma possibilidade de suplementação, caso da UFV.

Portanto, nesta importante questão para o PST, o convênio consolidado com a UFV também se efetivou positivamente. Afinal, a Universidade, até a chegada do PSTU, não ofertava aos seus discentes a prática do esporte educacional e, após o fim deste Programa, sinaliza para consolidar ações deste mesmo perfil na Instituição.

Tomando como base o quanto foi importante o PSTU na UFV, é preciso destacar que ações desta natureza sejam continuadas nas universidades públicas do país. No entanto, a restrição orçamentária atual do Governo Federal pode ser uma

ameaça ao desenvolvimento de programas como este, principalmente ao se observar o orçamento das IES, que frequentemente enfrentam dificuldades para cumprir com os compromissos básicos da instituição, impossibilitando-as de financiar programas desta natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PSTU na UFV cumpriu parte considerável dos objetivos traçados pelo ME nas diretrizes estruturantes do Programa e deu oportunidade aos acadêmicos da UFV a praticar modalidades coletivas e individuais na perspectiva do esporte educacional. Os documentos indicaram, no entanto, que o convênio poderia ter atuado de forma mais consistente nas questões relacionadas à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sinalizando para uma sobrecarga de atividades relacionadas ao ensino e à extensão.

No que tange à eficácia da política pública, notou-se que o PSTU-UFV cumpriu e superou todas as metas de atendimento e oferta de modalidades pactuadas com o ME, mesmo enfrentando dificuldades estruturais na fase inicial de implementação do núcleo. Quanto à eficiência, o Programa, a partir de ações planejadas e com o auxílio efetivo da Instituição conveniada no estabelecimento de contrapartidas, conseguiu aumentar o atendimento e, naturalmente, reduzir o custo por beneficiado. Assim, com o mesmo valor disponibilizado, atendeu mais beneficiados.

A passagem do PSTU na UFV deixou como impacto a necessidade em se ofertar à comunidade universitária ações sistemáticas de esporte e lazer, na perspectiva do esporte educacional. Para tal, após o término do convênio com o ME, a Universidade, a partir do *know-how* adquirido durante o período de execução deste Programa, implantou o PELU, que tem como proposta, e com investimentos da Instituição, ofertar modalidades coletivas e individuais na mesma perspectiva do PSTU.

No entanto, é relevante discutir alguns elementos fundamentais ao se estruturar uma política pública de esporte e lazer para universitários no Brasil, como o currículo e o processo formativo dos cursos superiores no país têm que ser repensados; os espaços e os equipamentos têm que estar disponíveis para realizar as ações; e a capacidade das IES em financiar os programas e iniciativas de esporte e lazer.

Para além desses aspectos, seria importante que, a partir da experiência positiva

do PSTU, a Universidade convida a comunidade universitária para construir coletivamente uma política de esporte, lazer e saúde dentro da UFV, a fim de buscar fontes sólidas de financiamento para desenvolver ações e também para expandir os espaços esportivos disponíveis, bem como apresentar uma resposta efetiva ao acesso a esses direitos sociais, demanda que demonstrou ser premente.

Este artigo ensejou entregar à comunidade acadêmica a avaliação de uma política pública de esporte e lazer para universitários, com vistas, principalmente, em destacar a importância de acompanhar o desenvolvimento de ações desta mesma natureza, que desejam garantir o atendimento da comunidade universitária com os direitos sociais do esporte e lazer. Desejou contribuir, também, com outras IES, que, a partir das experiências da UFV, possam qualificar suas ações e, ou, implementar programas de natureza semelhante.

Sobre as limitações do estudo, pode-se apontar a proximidade com o objeto avaliado, por ter sido coordenador pedagógico do PSTU-UFV, elemento que, em certo grau, pode dispor influência nas análises implementadas. No entanto, constitui como fonte primária de informação, garantindo a realidade dos fatos ocorridos no período analisado. Também, a falta de maior acesso às informações com origem no ME, que, sobremaneira, iriam contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

É importante salientar que o artigo não desejou esgotar as avaliações e análises possíveis de serem realizadas em uma política pública, como o PSTU-UFV, mas, a partir dos instrumentos utilizados, observar questões relevantes ao desenvolvimento de programas, o que serve de subsídio para o aperfeiçoamento e a valorização da proposta.

5. REFERÊNCIAS

ARRETCHE, T. S. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 2001.

BARDIN, L.; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. *Análise de conteúdo*: Laurence Bardin. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2012. 279 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.617 de 15 de setembro de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm>. Acesso em: 7 jun. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 69.450 de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11958572/decreto-n-69450-de-01-de-novembro-e-1971>>. Acesso em: 4 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 4 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Esporte. *PST Universitário – Diretrizes e Procedimentos*. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Primeiro Relatório de Acompanhamento do convênio 159/2011*. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Segundo Relatório de Acompanhamento do convênio 159/2011*. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Segundo Tempo Universitário – Diretriz*. Brasília, 2016.

BRUM, T. R. et al. Programa Segundo Tempo universitário na Universidade Federal de Viçosa. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFV, 4., 2013, Viçosa, MG. [Anais eletrônicos...] Viçosa: UFV, 2013. Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2013/trabalhos/1576>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BUZACARINI, C.; CORRÊA, E. A. Lazer dos “estudantes universitários”. *Conexões: revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 13, n. 2, p.15-28, abr/jun 2015.

CALDAS, L. R. R. et al. O badminton como alternativa de lazer para estudantes universitários por meio do Programa Segundo Tempo universitário. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFV, 5., 2014. Viçosa, MG. [Anais eletrônicos...] Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2014/trabalhos/3527>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, p. 969-92, 2003.

DODÓ, A. M. *O esporte como meio de inclusão social: avaliação da efetividade do Programa Segundo Tempo*. 2016. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

DOMINGOS, P. V. O Programa Segundo Tempo Universitário. In: SILVA, B. O.; DOMINGOS, P. V. (Org.) *Os projetos especiais do Programa Segundo Tempo (2013-2014): ampliando a inclusão social por meio do esporte educacional*. Porto Alegre: Coleção Grecco, 2014, p.13-15.

DULCI, O. S. Avaliação de programas sociais: desafios e potenciais na construção de um sistema de informações. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 13, p. 221-237, 2012.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão Pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte. *Journal of Physical Education*, Maringá, PR, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez., 1986.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, V. L. *Política de lazer para Universidade Federal de Viçosa: elementos de reflexão*. 2014. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2014.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.36, jan./jul. 2011.

KRAVCHYCHYN, C. *Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: histórico, estado da arte e contribuições do Programa Segundo Tempo*. Orientador: Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira. 2014. 179f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

MARIN, E. C. et al. Política de Lazer nas Instituições de Ensino Superior: uma discussão a partir da práxis. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 19. 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis:[s.n.] 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, L. L. G. et al. Autoavaliação do estado de saúde de estudantes universitários participantes de atividades esportivas. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFV, 6, 2015. Viçosa, MG. [Anais eletrônicos...]. Viçosa:UFV, 2015. Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2015/trabalhos/4485>>. Acesso em: 3 jul.2017.

MARTINS, L. L. G. et al. A educação para o lazer no Programa Segundo Tempo universitário – relato de experiência na modalidade voleibol. In: SIMPÓSIO DE

INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFV, 5., 2014. Viçosa, MG. [Anais eletrônicos...]. Viçosa:UFV, 2014. Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2014/trabalhos/3576>>. Acesso em: 3 jul.2017.

MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. [S.l.]: Ed. Atlas. 1996.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MINAYO, M. C. S, et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75, jan/jun.2002.

RALL, L. M. F.; BRAGA, R. S.; CELINO, R. J.; ALMEIRA, M. A. B. de. A relação entre gênero e adesão à atividade física no lazer. EFdeportes.com. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 17, n. 168, 2012.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl., 14 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RIBEIRO, G. M. Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2010. Itajaí. *Anais...* Itajaí: [s.n.], 2010.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. Universidades Públicas e as Políticas de Esporte e Lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v.15, n.3, set./2012.

ROSA, J. M. *Nas vozes de um mesmo tempo: a Educação Física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi-RS*. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.

ROSADO, D. G. *Banco de dados dos jornais oficiais da UFV (1965-2010): Educação Física, Esporte e Lazer*. 2011. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

SALLES-COSTA, R.; HEILBORN, M. L.; WERNECK, G. L.; FAERSTEIN, E.; LOPES, C. S. Gênero e prática de atividade física de lazer. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, 2003.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIRA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Ano I, Número I, 2009.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento

Social e das Ações Públicas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 22, p. 35-61, jan./abr. 2013.

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-13, set./dez., 2010.

SEABRA, A. F.; MENDONÇA, D. M.; THOMIS, M. A.; ANJOS, L. A.; MAIA, J. A. Determinantes biológicos e socioculturais associados à prática de atividade física de adolescentes. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, abril, 2008.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 65-79, 2015.

SILVA, D. S. *Intersetorialidade, descentralização e empreendedorismo na gestão pública de esporte e lazer no estado do Espírito Santo*. 2012. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA, R. P. et al. Relato de experiência: intervenção pedagógica no Programa Segundo Tempo universitário da modalidade basquetebol. In: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFV, 5, 2014, Viçosa, MG. [Anais eletrônicos...] Disponível em: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2014/trabalhos/3407>>. Acesso em: 3 jul.2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.16, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO et. al. As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, n. 39, p. 129-141, 2012.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Divisão de Esportes e Lazer. *Projeto Técnico do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG: UFV, 2011.

_____. Divisão de Esportes e Lazer. *Planejamento Pedagógico do Convênio do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG: UFV, 2012.

_____. Divisão de Esportes e Lazer. *Planejamento Pedagógico do Convênio do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG: UFV, 2014.

_____. Divisão de Esportes e Lazer. *Planejamento Pedagógico do Núcleo do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG:UFV, 2012.

_____. Divisão de Esportes e Lazer. *Planejamento Pedagógico do Núcleo do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG: UFV, 2014.

_____. Divisão de Esportes e Lazer. *Manual de Procedimentos do Programa Segundo Tempo Universitário da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa, MG:UFV, 2015.

VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. Avaliação de programas e transparência da gestão pública. In: FRANZESE et. al. [Org.]. *Reflexões para Ibero-América: Avaliação de Programas Sociais*. Brasília: ENAP, 2009.

VIÇOSA. Universidade Federal de Viçosa. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. *Graduação - Número de Matriculados e Diplomados, por Área, Curso e Sexo - Campus Viçosa - 1º e 2º Semestres de 2017*. 2017. Disponível em: <<https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/tabela16.asp>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

VIÇOSA. Universidade Federal de Viçosa. Pró-reitoria de Ensino. *Catálogo de Graduação 2017*. 2017. Disponível em: <<http://www.catalogo.ufv.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ZEFERINO, J. C.; BARLETTO, M.; SALLES, J. G. C. A participação das mulheres no esporte universitário: um campo em disputa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 11-30, abr./jun. de 2013.

CONCLUSÕES GERAIS

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil ganharam espaço a partir do surgimento do Ministério do Esporte, em 2003. A partir deste momento histórico as ações passaram a ser sistematizadas e a seguir um direcionamento nacional, com vistas a garantir à população o direito social de acesso ao esporte e lazer. No âmbito das universidades, o PSTU se materializou como forma de garantir a oferta de modalidades esportivas, na perspectiva do esporte educacional.

O que foi produzido cientificamente no período 2003-2015 sobre políticas públicas de esporte e lazer, com atenção especial a produção relacionada ao Governo Federal, apontou que:

- a) Uma concentração da produção em política pública de esporte e lazer nas regiões Sul e Sudeste, em contraponto às do Nordeste e Norte.
- b) Os trabalhos analisados dedicaram, em sua maioria, a estudar os processos de avaliação das políticas públicas.
- c) As instituições que receberam a maior atenção são aquelas de natureza pública, com destaque para o Governo Federal.
- d) O PST (forma-padrão) se destacou entre os programas analisados, seguidos por PELC e REDE CEDES.
- e) Não foram identificados artigos científicos que se dedicaram ao PSTU.

No âmbito da avaliação do PSTU da UFV, sobre diferentes óticas, este estudo considerou que durante seus quatro anos de funcionamento os resultados foram positivos, tanto em aspectos quantitativos como qualitativos, pois:

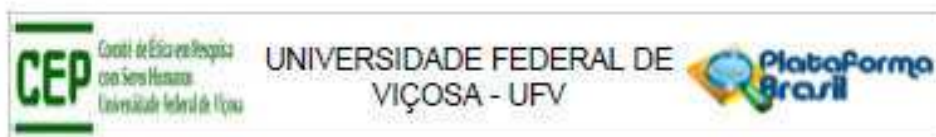
- a) O PSTU na UFV cumpriu parte considerável dos objetivos traçados pelo ME nas diretrizes estruturantes do Programa, dando oportunidade aos acadêmicos da UFV a prática de modalidades coletivas e individuais na perspectiva do esporte educacional.
- b) O PSTU na UFV, quanto à eficácia da política pública, cumpriu e superou todas as metas de atendimento e oferta de modalidades pactuadas com o ME.
- c) O PSTU na UFV, quanto à eficiência da política pública, conseguiu aumentar o atendimento e naturalmente reduzir o custo por beneficiado.

- d) A UFV, em consequência do PSTU, implantou o Programa Esporte e Lazer na UFV (PELU), ação que dá continuidade na oferta de modalidades esportivas, na perspectiva educacional, aos acadêmicos da instituição.

Por fim, é importante destacar que o impacto deixado pelo Programa ao término do convênio consolidou o fornecimento de prática esportiva educacional e de lazer para a comunidade universitária.

ANEXOS

Anexo 1 - Carta de aprovação do CEP-UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Avaliação da eficácia do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa.

Pesquisador: JOÃO CARLOS BOUZAS MARINS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 60831616.0.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.160.195

Apresentação do Projeto:

Justificativa da Emenda: Para adequar o título com os objetivos propostos no desenvolvimento do trabalho, fez-se necessário a alteração do termo "efetividade" pelo termo "eficácia".

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a eficácia do Programa Segundo Tempo Universitário enquanto política pública de democratização da prática esportiva junto à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Viçosa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados conforme exigências da Resolução.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Emenda aprovada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3894-2492 E-mail: cep@ufv.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV



Continuação do Parecer: 2.160-195

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Emenda aprovada nos termos expostos pelo pesquisador.

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para o encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_935786_E1.pdf	02/06/2017 11:04:07		Acelto
Outros	carta_resposta.docx	22/11/2016 11:23:48	Victor Lana Gonçalves	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.docx	22/11/2016 11:21:03	Victor Lana Gonçalves	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/10/2016 12:55:11	Victor Lana Gonçalves	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	07/10/2016 12:54:58	Victor Lana Gonçalves	Acelto
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	07/10/2016 12:12:57	Victor Lana Gonçalves	Acelto

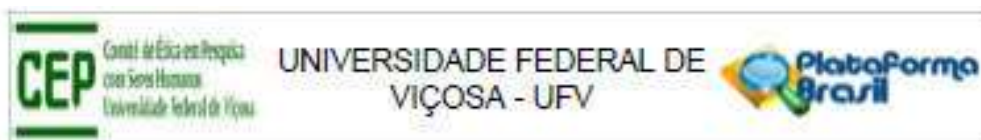
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
UF: MG Município: VIÇOSA
Telefone: (31)3809-2402 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 2.100.195

VICOSA, 05 de Julho de 2017

Assinado por:
Maria da Conceição Aparecida Pereira Zolinier
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-000
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3809-2402 E-mail: cep@ufv.br

Anexo 2 - Liberação da Divisão de Esportes e Lazer da Universidade Federal de Viçosa para desenvolvimento do estudo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Campus Universitário – Viçosa, MG – 36570-000 – Telefone: (31) 3899-3344 - Fax: (31) - E-mail: esporteelazerufv@gmail.com

AUTORIZAÇÃO

Eu, Flávia M. de Freitas Grupioni, servidora da Universidade Federal de Viçosa, inscrita sobre a matrícula 8752-1, no exercício do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esportes e Lazer, autorizo que o acadêmico do programa de Pós-graduação Stricto-Senso em Educação Física da UFV, Victor Lana Gonçalves, acesse e utilize os documentos do Programa Segundo Tempo Universitário em sua dissertação de mestrado.

Sem mais.

Flávia M. F. Grupioni
Chefe da Divisão de Esporte e Lazer
PCD/UFV

Flávia M. de Freitas Grupioni
Chefe da Divisão de Esportes e Lazer

Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Avaliação da eficácia do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa**”. Nesta pesquisa pretendemos avaliar a eficácia do Programa Segundo Tempo Universitário enquanto política pública de democratização da prática esportiva junto à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Viçosa. O interesse em aprofundar as discussões sobre o PST Universitário UFV e principalmente em avalia-lo em sua eficácia, faz-se importante pelo viés acadêmico, pois apesar da necessidade latente em se avaliar os programas frutos das políticas públicas de esporte, a avaliação geralmente é a parte menos valorizada do ciclo das políticas públicas e pode, sempre que bem realizada, permitir a reformulação, melhoria e aprofundamento das ações propostas pelos programas analisados

1. A coleta dos dados será realizada em local reservado e protegido de ruídos;
2. Neste local serão fornecidas as informações sobre os objetivos e os procedimentos que serão realizados;
3. Em seguida, os voluntários, assinarão o presente termo e o procedimento de coleta de dados terá início;
4. As entrevistas terão o áudio gravado e posteriormente transcritas para análise fidedigna da fala dos voluntários. Os voluntários não receberão limitação de tempo para as respostas e também não serão interrompidos pelo pesquisador.

O presente estudo se apoiará, essencialmente, na pesquisa qualitativa, cuja prática principal para a coleta de dados se dará pela aplicação de entrevistas e, neste sentido, os desconfortos e riscos são mínimos. Caso você se sinta desconfortável com alguma situação você pode desistir de participar do estudo a qualquer instante. O risco de perda de confidencialidade será minimizado pela codificação dos sujeitos participantes na pesquisa que garantirão seu anonimato. Os procedimentos poderão ser interrompidos, no caso de alguma alteração fisiológica, que possa comprometer a saúde do avaliado. A equipe de trabalho não se responsabiliza por informações não prestadas pelo avaliado, que possam interferir na dinâmica do resultado. O desconforto pode surgir pela relação presente do entrevistado com memórias passadas, pois experiências anteriores serão abordadas. Para tal, você estará protegido por eventuais danos à saúde pela disponibilidade da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa.

Não há nenhum tipo de benefício financeiro para você. No entanto, indiretamente você será beneficiado quando da sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos no campo das políticas públicas de esporte e lazer para universitários, tendo em vista que tanto esporte quanto lazer são direitos sociais constitucionalmente garantidos à toda população.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua

permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Avaliação da eficácia do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa**” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Coordenador da pesquisa (pesquisador responsável):

Nome: Professor João Carlos Bouzas Marins

Departamento: Educação Física

Tel: 31- 3899-2249

e-mail: jcbouzas@ufv.br

Nome: Mestrando Victor Lana Gonçalves

Departamento: Educação Física

Tel: 31- 9160-9406

e-mail: vitimlana@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Anexo 4 - Roteiro da entrevista estruturada

Roteiro da Entrevista

✓ Identificação do entrevistado

Nome:

Cargo:

- i) Como foi o processo de implantação do Programa Segundo Tempo (PST) Universitário na UFV?
- ii) Qual a sua avaliação desses 4 anos de PST universitário na UFV?
- iii) Qual o principal benefício em receber o PST universitário?
- iv) Qual o impacto desse projeto social esportivo junto à UFV?

Anexo 5 - Critérios estabelecidos pelo Serviço de Bolsa da Pró-Reitoria de Assuntos comunitários para o fornecimento de Bolsas de Assistência Estudantil na UFV

Avaliação da situação de vulnerabilidade social dos acadêmicos da graduação		
Questionário Sócio Econômico		Provas Documentais
Caracterização do Estudante	Grupo Familiar	
• Estado civil; • Localização da moradia da residência; • Escola pública ou particular; • Situação Econômica e de trabalho.	• Documentos que comprovam a renda; • Composição da família; • Situação civil dos pais; • Situação de trabalho e profissão exercida; • Renda familiar; • Residência da família (própria, alugada ou financiada); • Bens patrimoniais; • Despesas; • Problemas de saúde.	• Declarações de rendimento; • Contracheques de órgãos públicos; • Declarações de empresas; • Atestados de autoridades constituídas; • Comprovantes de despesas; • Certidões negativas sobre existência de imóveis e veículos; Obs: quando julgado conveniente, informações adicionais são solicitadas por meio de entrevistas ou provas documentais complementares.

Fonte: DEL GIÚDICE, J. Z. A. *Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa, MG: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários*. 2013. 189f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

	MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
--	------------------------------------

	
Universidade Federal de Viçosa Departamento de Educação Física	Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Educação Física e Desportos

FOLHA DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CURSO

1. PARTICIPAÇÃO EM ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS
--

2. PARTICIPAÇÃO EM ARTIGOS ACEITOS EM PERIÓDICOS

3. PARTICIPAÇÃO EM ARTIGOS SUBMETIDOS EM PERIÓDICOS
--

4. LIVROS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

5. PARTICIPAÇÃO EM CAPÍTULO DE LIVROS PUBLICADOS

6. PARTICIPAÇÃO EM JORNAIS DE NOTÍCIAS OU REVISTAS

7. PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CURSOS, SIMPÓSIOS COMO PALESTRANTE
--

Evento: I Congresso de Educação Física da UNIVALE – IV Semana Acadêmica do Curso de Educação Física.

Título: Handebol na escola: desafios e perspectivas

Data: Abril/2017

Local: Governador Valadares - MG

Órgão promotor: Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

Público estimado: 40 participantes

Evento: “Esporte Educação: em busca de uma formação integral a partir da corporeidade”

Título: Manifestações do esporte na sociedade e sua abordagem pedagógica na escola.

Data: Outubro/2016

Local: Governador Valadares - MG

Órgão promotor: E. M. Octávio Soares Ferreira

Público estimado: 20 participantes

Evento: Palestra para os alunos do curso de bacharelado e licenciatura da Faculdade Governador Ozanan Coelho (FAGOC) – Ubá-MG.

Título: Relação professor-aluno: e agora, o que fazer?

Data: Julho/2016

Local: Ubá - MG

Órgão promotor: Faculdade Governador Ozanan Coelho

Público estimado: 45 participantes

8. RESUMOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

RAMPINNELI, V. M. L.; **GONÇALVES, V. L.**; ROSADO, D. G.

A influência da tecnologia no lazer de escolares na cidade de Ubá-MG, 2016. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lazer, Políticas Públicas, Educação Física Escolar

Áreas do conhecimento : Educação Física Escolar

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Universidade Federal de Viçosa; Cidade: Viçosa; Evento: Simpósio de Integração Acadêmica; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal de Viçosa

ROSADO, D. G.; **GONÇALVES, V. L.**; Mendes, J.

O PRECONCEITO NO FUTEBOL E FUTSAL FEMININO – O CASO DE MARIANA/MG. In: III Fórum de Pesquisa Científica e Tecnológica de Ponte Nova, 2016, Ponte Nova.

Anais do III Fórum de Pesquisa Científica e Tecnológica de Ponte Nova. Ponte Nova: FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE PONTE NOVA, 2016. v.2.

Palavras-chave: Mulher, Preconceito, Futebol

Áreas do conhecimento : Educação Física, Esporte

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro. Home page: [http://https://www.even3.com.br/Anais/forumpn/39588-O-PRECONCEITO-NO-FUTEBOL-E-FUTSAL-FEMININO--O-CASO-DE-MARIANAMG]

9. VISITAS TÉCNICAS, INTERCÂMBIOS OU ESTÁGIOS

Instituição: Centro Universitário Claretiano

Data: Março/2017

Local: Governador Valadares

Órgão promotor: Centro Universitário Claretiano

10. ORIENTAÇÕES

11. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS

Nome do Aluno (Matrícula): Rafael Tabalipa Marini

Título do trabalho: Revisão sistemática sobre os efeitos da prática da atividade física durante a gestação

Data: Novembro/2016

Nome dos demais membros da avaliação: Bianca Christian Medeiros Sales; Thales Nicolau Prímola.

12. AULAS MINISTRADAS DE GRADUAÇÃO NA UFV ou UFJF

Nome da disciplina: EFI 433 – Estágio Supervisionado IV

Carga horária: 60 horas

Nome da disciplina: EFI 357 – Tênis

Carga horária: 45 horas

Nome da disciplina: EFI 348 – Educação Física Adaptada I

Carga horária: 60 horas

Nome da disciplina: EFI 333 – Prática de Ensino IV

Carga horária: 45 horas